



**RELATÓRIO FINAL DE AUDITORIA FINANCEIRA INTEGRADA
COM CONFORMIDADE - EXERCÍCIO 2021**

**MARÇO
2022**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

**RELATÓRIO FINAL DA AUDITORIA FINANCEIRA INTEGRADA COM
CONFORMIDADE (PAA2021)**

Relatório Final da Auditoria Financeira Integrada com Conformidade, realizada de forma integrada com o TSE e os outros Regionais Eleitorais, decorrente de previsão inserta no Plano de Auditoria Integrada de Longo Prazo (PALP) 2018-2021, aprovado pela Portaria TSE nº 1.006, de 21 de novembro de 2018, alterada pela Portaria-TSE nº 31, de 18 de janeiro de 2021, que prevê a realização de exames de auditoria, no âmbito da Justiça Eleitoral referente ao exercício financeiro de 2021 e, no Plano Anual de Auditoria referente a 2021 (PAA2021), aprovado por meio da Portaria da Presidência do TRE-BA nº 450, de 27 de novembro de 2020, em observância à IN-TCU nº 84/2020, executada pelas Seções de Auditoria de Governança e Gestão Organizacional (SEAGO), Auditoria de Licitações e Contratos (SEALIC) e Auditoria de Pessoal (SEAPE).

EQUIPE DE TRABALHO		
Seção de lotação	Nome	Função
COAUD	Catiuscia Dantas Abreu Oliveira	Supervisora
SEAGO	Ricardo Nascimento Cantharino	Líder de Equipe
	Andréa Barbosa de Argôlo	Auditora
	Arlete Alves Ribeiro Carvalho	Auditora
	Geraldo Majella Nunes de Moura	Auditor
	Mariana Almeida Mascarenhas	Auditora
SEAPE	Záide Checcucci Junqueira Ayres	Líder de Equipe
	Camille Pedreira Bastos	Auditora
	Zulene de Carvalho Alves	Auditora
SEALIC	Mirela Rios Cruz de Jesus	Líder de Equipe
	Antônio Fernando dos Santos Paixão	Auditor
	Eduardo Machado Oliveira	Auditor



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

RESUMO DA AUDITORIA

O QUE SE AUDITOU?

A Coordenadoria de Auditoria Interna do TRE-BA realizou, com o apoio de suas unidades operacionais vinculadas, auditoria financeira integrada com conformidade com o objetivo de expressar opinião sobre se as demonstrações contábeis do TRE-BA no exercício de 2021 foram elaboradas e apresentadas de acordo com as normas contábeis e o marco regulatório aplicável e estão livres de distorções relevantes causadas por fraude ou erro; e se as transações subjacentes às demonstrações contábeis e os atos de gestão relevantes dos responsáveis pelo TRE-BA estão de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta dos agentes públicos.

A auditoria, realizada de 28/6/2021 a 8/3/2022, foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria aplicáveis ao setor público. Norteou, ainda, o desenvolvimento das atividades, a Resolução CNJ nº 309, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre normas técnicas de auditoria no âmbito do Poder Judiciário.

RECURSOS FISCALIZADOS

O volume de Recursos fiscalizados foi de R\$ 364.180.118,52 levando em consideração contas patrimoniais e de despesas empenhadas.

O QUE A AUDITORIA ENCONTROU?

A auditoria detectou um valor estimado de distorções nas demonstrações contábeis que totalizam R\$ 46.984.784,14, ou seja, aproximadamente 31% do ativo total do Órgão e 11% da dotação atualizada, excetuando pleitos. Foram detectadas também não conformidades decorrentes das transações subjacentes às demonstrações contábeis, contudo esses desvios não foram relevantes, nem generalizados a ponto de ensejar a modificação de opinião. As conclusões levaram à opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis e à opinião sem ressalvas sobre a conformidade dos atos de gestão e transações subjacentes relevantes com leis e regulamentos aplicáveis.

O QUE FOI PROPOSTO?

Foram propostas recomendações com vistas à correção das falhas identificadas tanto relacionadas às demonstrações contábeis quanto às transações subjacentes. Se implementadas as deliberações, as informações da gestão do TRE-BA serão mais fidedignas, proporcionando melhoria na qualidade, na credibilidade e na conformidade da prestação de contas anual dos responsáveis.

QUAIS OS PRÓXIMOS PASSOS?

As recomendações homologadas pela Presidência serão objeto de posterior monitoramento. Este processo tem como objetivo avaliar o grau de cumprimento dos encaminhamentos e classificá-los em "implementados", "não implementados" e "em implementação".



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. VISÃO GERAL DO OBJETO	8
3. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO	13
4. RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES	13
5. LIMITAÇÕES AO TRABALHO DA AUDITORIA	14
6. VOLUME DE RECURSOS FISCALIZADOS	15
7. ACHADOS DE AUDITORIA	15
7.1 ACHADOS AUDITORIA FINANCEIRA	15
7.2 ACHADOS AUDITORIA DE CONFORMIDADE - COMPRAS E CONTRATAÇÕES	27
7.3 - ACHADOS AUDITORIA DE CONFORMIDADE - FOLHA DE PAGAMENTO	37
8. MONITORAMENTO DE RECOMENDAÇÕES ANTERIORES	40
9. CONCLUSÃO	42
10. OPINIÃO COM RESSALVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	44
11. BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	44
12. OPINIÃO SEM RESSALVAS SOBRE A CONFORMIDADE DAS TRANSAÇÕES SUBJACENTES	46
13. PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO	46
14. OUTROS ASSUNTOS	50
APÊNDICE	52



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

1. INTRODUÇÃO

O presente procedimento fiscalizatório foi originariamente instituído pela Instrução Normativa do TCU nº 84, de 22 de abril de 2020, inserido no Plano de Auditoria Integrada de Longo Prazo (PALP) 2018-2021, aprovado pela Portaria TSE nº 1.006, de 21 de novembro de 2018, alterada pela Portaria-TSE nº 31, de 18 de janeiro de 2021, que prevê a realização de exames de auditoria, no âmbito da Justiça Eleitoral referente ao exercício financeiro de 2021 e, no Plano Anual de Auditoria Interna 2021 (PAA2021), aprovado por meio da Portaria da Presidência do TRE-BA nº 450, de 27 de novembro de 2020.

O objetivo do presente trabalho foi emitir relatório e certificado de auditoria com opinião sobre se:

as demonstrações contábeis do TRE-BA no exercício de 2021 foram elaboradas e apresentadas de acordo com as normas contábeis e o marco regulatório aplicável e estão livres de distorções relevantes causadas por fraude ou erro; e

as transações subjacentes às demonstrações contábeis e os atos de gestão relevantes dos responsáveis pelo TRE-BA estão de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta dos agentes públicos.

Para isso, foi realizada uma auditoria financeira integrada com conformidade cujo objeto foi a situação patrimonial, financeira e orçamentária e outros elementos que são avaliados ou mensurados e reconhecidos pela administração do TRE-BA, apresentados nos balanços patrimonial, orçamentário, financeiro e na demonstração das variações patrimoniais; e as atividades, operações ou transações e atos de gestão dos responsáveis subjacentes a essas demonstrações.

Com relação aos demonstrativos contábeis do TRE-BA para o exercício de 2021, foi realizada uma auditoria financeira sob a responsabilidade da Seção de Auditoria de Governança e Gestão Organizacional (SEAGO). Já em relação às transações subjacentes a estes demonstrativos contábeis, foi realizada uma auditoria de conformidade na área de compras e contratações, sob responsabilidade da Seção de Auditoria de Licitações e Contratos (SEALIC); e uma auditoria de conformidade na área de gestão de pessoas, sob responsabilidade da Seção de Auditoria de Pessoal (SEAPE). A supervisão de todos os trabalhos ficou a cargo da Coordenadoria de Auditoria Interna (COAUD).

A auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria aplicáveis ao setor público, consistentes nas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à Auditoria (NBC TA), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que são convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria Independente (ISA), instituídas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC); Normas Internacionais das Entidades



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

Fiscalizadoras Superiores (ISSAI), emitidas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI); e Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União (NAT).

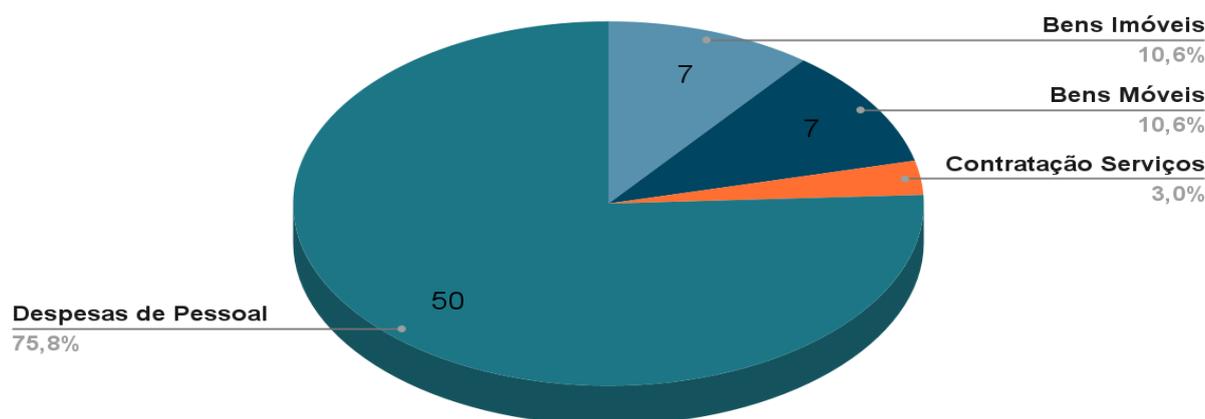
Norteou, ainda, o desenvolvimento das atividades, a Resolução CNJ nº 309, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre normas técnicas de auditoria no âmbito do Poder Judiciário.

O procedimento fiscalizatório teve início em 28 de junho de 2021 com a emissão do Comunicado-Circular de Auditoria nº 6/2021/COAUD destinado às unidades auditadas e aos responsáveis pela governança do TRE-BA, tendo a reunião de abertura dos trabalhos sido realizada em 5/7/2021 na modalidade *on-line* pela plataforma *Google Meet*.

Para seleção das contas significativas que seriam auditadas foi utilizada a dotação atualizada¹ do balanço orçamentário do Órgão datado de 31/5/2021 (R\$ 401.931.439,00). A materialidade global da auditoria foi representada pelo valor de 2% da dotação atualizada (R\$ 8.038.628,78), sendo a materialidade para execução determinada pelo percentual de 75% da materialidade global (R\$ 6.028.971,59). Assim, foram selecionadas as contas do balancete do Órgão que estavam acima do valor da materialidade para execução e as contas de valor abaixo da materialidade, mas que compõem os ciclos contábeis das contas materialmente significativas. Não integraram o escopo da auditoria o recebimento de receitas provenientes de repasses e sub-repasses dos Órgãos superiores, mesmo que constantes da materialidade quantitativa.

As 66 contas contábeis selecionadas foram agrupadas em quatro ciclos contábeis dentre os quais: bens imóveis, bens móveis, despesas de pessoal e contratação de serviços.

Composição dos ciclos contábeis



¹ Dotação são valores monetários autorizados, consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) para atender a uma determinada programação orçamentária. Em 2021, o TRE-BA recebeu uma dotação orçamentária de R\$ 401.931.439,00 (31/5/2021).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

Desta forma, foi possível associar 50 contas selecionadas ao processo de elaboração da folha de pagamento, restando decidido que seriam avaliadas as transações subjacentes aos lançamentos contábeis relativos à contribuição patronal e retenção previdenciária, incidentes sobre valores pagos a servidores requisitados, pagamento de aposentadorias e pensões a servidores e beneficiários falecidos, respectivamente, e pagamento de pensão civil a pessoa inelegível.

Ainda em relação às transações subjacentes aos lançamentos contábeis referentes à folha de pagamento, foram consideradas, para emissão da opinião de auditoria, as conclusões obtidas na auditoria operacional e de conformidade no processo de gestão de comissionamento - função comissionada, realizada no exercício de 2021 .

Do mesmo modo, restou decidido que seriam avaliados em auditoria de conformidade as transações subjacentes relacionadas às contas contábeis dos ciclos dos processos de contratação de serviços e de bens móveis.

Foram avaliadas, também, as contas contábeis relacionadas aos bens imóveis do Tribunal tendo em vista a materialidade envolvida (R\$ 101.640.955,74²).

Para um melhor conhecimento da matéria, foram encaminhadas às unidades auditadas Requisições de Documentos e Informações (RDIs), o que possibilitou a construção do entendimento do objeto tanto no nível geral quanto no nível específico.

O escopo do trabalho foi definido utilizando-se uma abordagem baseada em risco, com a construção da matriz de riscos e controles dos processos auditados, o que viabilizou a concentração das atividades das equipes de trabalho nas etapas que apresentaram maior risco de alcance dos objetivos de cada processo avaliado, tendo o programa de auditoria como entrega final da fase de planejamento.

Na fase de execução, foram aplicados os testes constantes do programa de auditoria, tendo sido adotada uma abordagem mista, utilizando-se tanto testes de controle quanto testes substantivos. Na auditoria financeira e de conformidade, na área de compras e contratações, para definição da amostra para testes de controle, foi utilizada a técnica de amostragem por atributos e para os testes substantivos a técnica de amostragem por unidade monetária. Especificamente na execução da auditoria de conformidade de atos de pessoal, verificou-se todo o universo amostral e, para alguns testes, utilizou-se a técnica de amostragem por atributos, com seleção aleatória da amostra a ser avaliada, conforme a natureza do teste ou tamanho do universo analisado.

A execução da auditoria foi finalizada com o envio da matriz preliminar de achados para as unidades responsáveis se manifestarem acerca das fragilidades até então evidenciadas.

Em 6/12/2021, foi encaminhado Relatório de Comunicação de Distorções com o objetivo de comunicar tempestivamente ao nível apropriado da administração todas as distorções relevantes detectadas durante a auditoria, de forma que fosse possível efetuar os ajustes necessários para evitar que as demonstrações contábeis, financeiras e orçamentárias fossem encerradas com distorções relevantes.

² Valor SIAFI 31/5/2021



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

Finalizado o exercício de 2021, foi realizada a revisão da materialidade com base nos dados contábeis em 31/12/2021. Desta revisão, identificou-se, no balanço orçamentário do TRE-BA, o total das despesas liquidadas mais os restos a pagar não processados pagos no exercício financeiro de 2021, com a finalidade de representar a fidedignidade dos gastos realizados pelo Órgão, no valor de R\$ 401.458.659,84. Com isso, a materialidade global da auditoria passou para R\$ 8.029.173,20 e a materialidade para execução R\$ 6.021.879,90. Revisando as contas contábeis após o fechamento do exercício, não se identificou a necessidade de procedimentos adicionais de auditoria, pois as contas selecionadas com base nos dados contábeis de 31/12/2021 foram as mesmas daquelas selecionadas com base nos dados contábeis de 31/5/2021.

Por intermédio da RDI Circular nº 14/2022/COAUD (SEI nº 0002983-15.2022.6.05.8000), foi encaminhado o Relatório Preliminar da Auditoria Financeira Integrada com Conformidade para comentários adicionais dos gestores acerca das propostas de encaminhamento.

A reunião de comunicação dos resultados da auditoria foi realizada no dia 11/3/2022, na modalidade *on-line* pela plataforma *Zoom*. Nesta data, as equipes de auditoria tiveram a oportunidade de ouvir as unidades auditadas detentoras de propostas de encaminhamento e esclarecer pontos de dúvidas.

2. VISÃO GERAL DO OBJETO

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia integra a estrutura do Poder Judiciário Federal, nos termos do art. 92, V, da Constituição Federal de 1988, juntamente com o Tribunal Superior Eleitoral, os demais Tribunais Regionais Eleitorais, os Juízes Eleitorais e as Juntas Eleitorais, compõe a Justiça Eleitoral, prevista no art. 118 da Constituição Federal.

O Tribunal tem como atividades: prestar atendimento ao eleitor, partidos e candidatos; administrar o cadastro eleitoral e partidário; prestar atendimento ao cidadão; gerenciar programas e ações de responsabilidade socioambiental; planejar, realizar, monitorar e avaliar eleições oficiais, referendos e plebiscitos; realizar gestão processual; e atender partes e advogados.

A organização dos serviços administrativos do TRE-BA vigente no exercício 2021 foi definida pela Resolução Administrativa nº 4/2021, que fixou a sua estrutura organizacional e as competências das suas unidades.

À Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (SOF) compete planejar, gerir e normatizar atividade relativa à gestão orçamentária, financeira e contábil, estabelecendo diretrizes, normas, critérios e programas para sua execução.

A Coordenadoria de Finanças e Contabilidade (COFIC) compõe a Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (SOF) e atua como Setorial Contábil do TRE-BA, no acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Órgão, certificando, por meio da conformidade contábil, os registros dos atos e fatos da gestão e seus reflexos nas demonstrações contábeis.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) compete planejar, gerir, propor e normatizar atividade relativa à administração e à capacitação de pessoal, assim como àquela destinada à promoção da saúde de servidor ativo, inativo e juiz do Tribunal.

É a unidade do Tribunal responsável pela gestão do processo de elaboração da folha de pagamento, encaminhada posteriormente à SOF, para apropriação, pagamento e contabilização das despesas de pessoal.

A gestão de pessoas no âmbito do TRE-BA é regida, precipuamente, pela Lei n.º 8.112/1990 com suas alterações e mais os recentes entendimentos jurisprudenciais, decorrentes da evolução do direito e das exigências de novas condutas no serviço público em geral.

À Secretaria de Gestão Administrativa e de Serviços (SGA) compete planejar, gerir e normatizar as atividades relativas a procedimento de licitação, compra e contrato, administração de material, patrimônio e a gestão de documento, informação e memória, bem como a gestão de serviços gerais sob sua responsabilidade, a manutenção das instalações prediais, e, também, obras e serviços de engenharia e arquitetura.

Observa-se que a SGA é responsável pela gestão do processo de contratação no Tribunal, mas estão também regularmente envolvidas no referido processo, que tem como objetivo atender às demandas do Tribunal relacionadas à aquisição de bens e serviços, por meio de procedimentos licitatórios ou de contratações diretas eficientes e eficazes, a Diretoria-Geral (DG), a Assessoria Especial da Diretoria-Geral (ASSESD), a Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos e Questões Administrativas da Diretoria-Geral (ASJUR) e a Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (SOF).

Os processos de contratação no âmbito do TRE-BA são, primordialmente, disciplinados pelas Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, além das Resoluções do Conselho Nacional de Justiça, dos princípios que regem a administração pública e dos normativos internos regulamentadores que versam sobre a matéria.

Na área de gestão patrimonial e infraestrutura, as atividades do TRE-BA devem estar alinhadas ao previsto nos artigos 37 e 70 da Constituição Federal, Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, Decreto-lei nº 200/1967, Lei nº 8.429/1992, Emenda Constitucional nº 95/2016, Lei nº 8.666/1993, Portaria da Presidência TRE-BA nº 364/2017, Normas Brasileiras de Contabilidade e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial no âmbito da União.

No Planejamento Estratégico do TRE-BA para o período 2021-2026, ficou definido:

Missão	<i>Garantir a legitimidade do processo eleitoral</i>
Visão	Fortalecer a credibilidade da Justiça Eleitoral, prestando serviços de qualidade e promovendo a cidadania.
Valores	Imparcialidade, Responsabilidade Socioambiental, Segurança e Transparência

Já a estrutura de governança do TRE-BA atualmente está regulamentada pelas Resoluções Administrativas nº 17/2018 (alterada pela Resolução Administrativa nº 29/2019) e nº 33/2019,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

estando disposta da seguinte forma: Plenário do Tribunal, Conselho de Governança, Comitê de Governança de TIC, Comitê Gestor de TIC, Comitê Gestor de Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais, Comitê Gestor Regional de Priorização de 1º Grau, Comitê de Gestão de Pessoas, Comitê de Gestão de Orçamento e Aquisições e Comitê Gestor de Eleições.

Ao Comitê de Gestão de Orçamento e Aquisições compete desdobrar diretrizes do Conselho de Governança na área de aquisições, fomentando sua implementação; monitorar, avaliar e divulgar o desempenho e os resultados alcançados pela gestão orçamentária e de aquisições; propor elaboração e sugerir modificação de normas relacionadas às temáticas de orçamento e aquisições; e exercer outras funções correlatas.

As demais instâncias internas de Governança também são responsáveis pelo controle, para além da aplicação isolada do critério da legalidade, no intuito de verificar não apenas se a lei foi cumprida, mas se o interesse público foi alcançado.

Cumprir registrar que, no tocante à cultura organizacional e ao sistema de controle interno, o TRE-BA dispõe de um arcabouço normativo composto por normas disciplinadoras da ética de seus servidores, política e programa de integridade, instituição de sistema de governança e gestão, política e instituição da gestão de riscos.

No que diz respeito aos recursos disponibilizados através da Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício de 2021, Lei nº 14.144/2021, destinou-se ao TRE-BA, na dotação inicial, o montante de R\$ 398.761.739,00 (31/5/2021). Os numerários estão concentrados na classificação Programática 0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário da seguinte forma:

Tabela 1 - Dotação Inicial por programa e ação orçamentária.

Programa 0033: Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário			
Ação	Descrição da Ação	Dotação Autorizada	%
2004	0029 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e Seus Dependentes – No Estado Da Bahia	4.677.747,00	1,17
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	47.145.619,00	11,82
20GP	0029 - Julgamento das Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral – No Estado Da Bahia	42.725.755,00 ¹	10,71
20GP	0029 - CAPPAC - Capacitação de Recursos Humanos	1.361.273,00	0,34
20GP	0029 - EJE - Capacitação da Escola Judiciária Eleitoral – EJE	100.000,00	0,03
20GP	0029 - BA-REFANEXII - Reforma do Anexo II - Ed. Sede		0,74



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

	TRE-BA	2.958.591,00	
20TP	0029 - Ativos Civis da União – No Estado da Bahia	223.084.140,00	55,94
212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	13.152.639,00 ²	3,30
212B	0029 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores Civis e de Empregados	1.750.026,00	0,44
212B	0029 – Auxílio-Transporte de Civis	226.670,00	0,06
212B	0029 – Auxílio-Alimentação de Civis	10.402.864,00	2,61
212B	0029– Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis	229.944,00	0,06
212B	0029 – Salário-Família e Auxílio-Reclusão	148,00	0,00
212B	0029 – Reemb. Assistência Médica-Odontológica	5.807,00	0,00
212B	0029 - Outros	537.180,00	0,13
153H	2261 - Reforma do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – Ba – No Município de Salvador –Ba	4.812.115,00	1,21
7XK4	2261 - Reforma do Anexo III do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – Ba – No Município de Salvador- BA	3.959.469,00	0,99
0181	0029 - Aposentadoria e Pensões Civis da União – No Estado da Bahia	57.200.000,00	14,34
09HB	0029 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações Para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia	44.730.010,00	11,22



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

Total		398.761.739,00³	
--------------	--	-----------------------------------	--

Fonte: Siafi/Tesouro Gerencial, em 31 de maio de 2021.

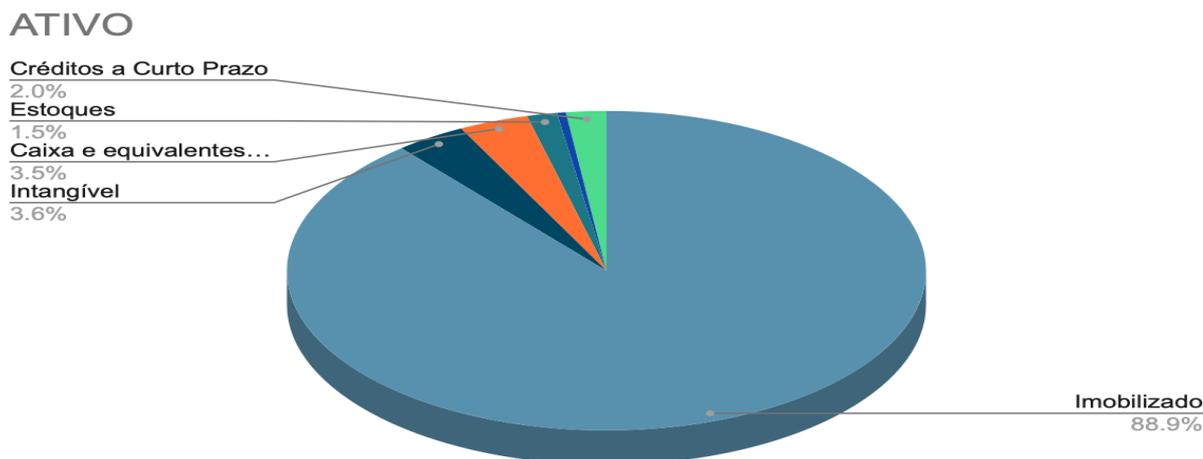
1 - O valor da Ação 20GP - Julgamento das Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - R\$47.145.619,00, refere-se ao somatório dos outros valores da Ação 20GP, a saber: 20GP - Julgamento das Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado da Bahia; 20GP - 0029 - Capacitação de R.H; 20GP 0029 - Capacitação EJE; 20GP 0029 - Reforma Anexo II - Edifício-Sede.

2 - O mesmo raciocínio acima aplica-se para a Ação 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes, cujo somatório de R\$13.152.639,00 é composto pelos valores das Ações 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes.

Entre os ativos da entidade, 88,9% são representados pelos saldos de contas relacionadas a bens do imobilizado (bens imóveis e bens móveis do TRE-BA). Com relação ao passivo do Órgão, 59,7% representam fornecedores e contas a pagar a curto prazo. A entidade não apresentou obrigações de longo prazo no exercício de 2021.

Os gráficos abaixo demonstram a distribuição dos ativos e passivos do TRE-BA em 31/12/2021, por grupo de conta. Não constam dos gráficos os resultados acumulados do Patrimônio Líquido.

Gráfico 1 - Ativos do Balanço Patrimonial de 2021⁴



Fonte: Elaborado pela equipe de auditoria com base no Balanço Patrimonial 2021.

³ O somatório de R\$398.761.739,00 é composto pelos valores das Ações Orçamentárias a saber: 2004 0029 - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - **No Estado da Bahia**; 20GP - Julgamento das Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral: 20TP 0029 - Ativos Civis da União - **No Estado da Bahia**; 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes; 153H 2261 - Reforma do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia - Ba - **No Município de Salvador -Ba**; 7XK4 2261 - Reforma do Anexo III do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia - Ba - **No Município de Salvador - BA**; 0181 0029 - Aposentadoria e Pensões Civis da União - **No Estado da Bahia**; e 09HB 0029 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações Para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - **No Estado da Bahia**.

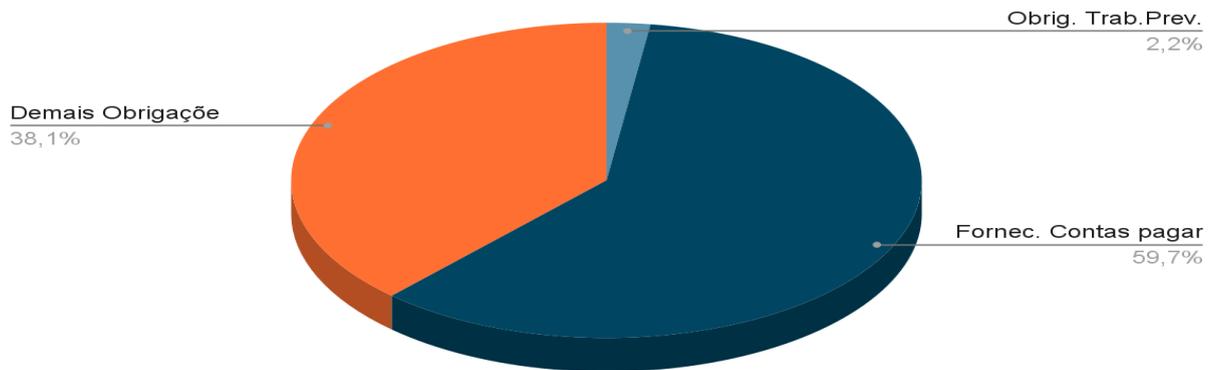
⁴ Compõem o gráfico do Ativo: Créditos a Curto Prazo, VPDs, Estoques, Caixa e Equivalentes de Caixa, Intangíveis e Imobilizado. VPDs não estão visíveis tendo em vista o menor valor do ativo. Valor da VPD em 31/12/2021 - R\$678.654,46.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

Gráfico 2 - Passivo do Balanço Patrimonial de 2021

Passivo Circulante



Fonte: Elaborado pela equipe de auditoria com base no Balanço Patrimonial 2021.

A execução orçamentária e financeira do Órgão durante o exercício de 2021 foi realizada da seguinte forma:

Tabela 2 - Execução da despesa TRE-BA em 2021

Despesas	Valor (R\$)	% Dotação ⁵
Dotação Autorizada (inicial)	R\$ 398.761.739,00	97,21%
Dotação Atualizada ⁶	R\$ 410.218.807,00	100,00%
Despesa Empenhada	R\$ 407.954.852,32	99,45%
Despesa Liquidada	R\$ 388.818.701,67	94,78%
Despesa Paga	R\$ 388.744.924,96	94,77%
RPNP (Inscritos)	R\$ 19.136.150,65	4,66%
RPNP (Pagos)	R\$12.639.958,17	0,02%

⁵ O referencial para o percentual foi a dotação atualizada do TRE-BA.

⁶ Na Dotação Atualizada disponibilizada ao Órgão consta o valor de Pleitos Eleitorais - Despesas Diversas no montante de R\$3.148.297,63.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

Fonte: Elaborado pela equipe de auditoria com base na Consulta cópia - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2021 - Audit. Financeira com Conformidade, extraída do Tesouro Gerencial, em 18/01/2022.

3. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

A administração do TRE-BA é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo setor público e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Além disso, é de responsabilidade da Administração fornecer aos auditores acesso irrestrito a todas as informações das quais tenha conhecimento e que sejam relevantes para a elaboração de demonstrações financeiras, bem como para análise da conformidade das transações a elas subjacentes e dos atos de gestão relevantes dos responsáveis pelo TRE-BA.

4. RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir certificado de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria no setor público sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria aplicáveis ao setor público, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

1. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
2. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos das unidades auditadas;
3. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

4. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
5. Avaliamos a conformidade das transações relevantes, subjacentes às demonstrações contábeis e dos atos de gestão relevantes dos responsáveis pelo TRE-BA.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria e descrevemos esses assuntos em nosso certificado de auditoria.

5. LIMITAÇÕES AO TRABALHO DA AUDITORIA

No curso das auditorias realizadas não foram impostas restrições de acesso a sistemas, informações e aos exames.

Cabe, contudo, destacar que, no que se refere aos exames relativos aos processos de contratação, a diminuição da força de trabalho com a saída de um dos auditores internos no decorrer da execução da ação, sem a reposição da força de trabalho na unidade, impôs limitações ao desenvolvimento das atividades, culminando no atraso da conclusão dos testes de auditoria.

6. VOLUME DE RECURSOS FISCALIZADOS⁷

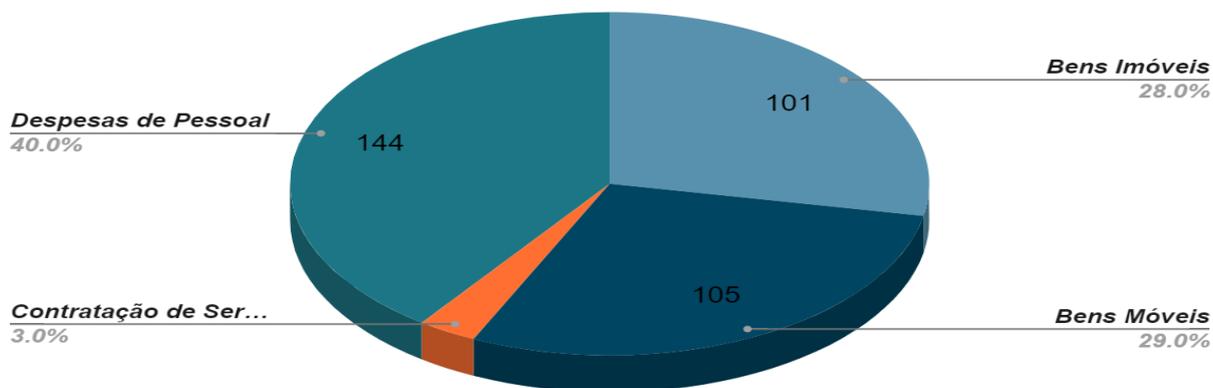
⁷ Bens imóveis - R\$101.640.995,74; Bens Móveis - R\$105.226.853,59; Contratação de Serviços - R\$13.054.484,53; e Despesas de Pessoal - R\$144.257.824,66. Total de Recursos Fiscalizados R\$364.180.118,52. Fonte: dados do balancete do TRE-BA extraídos do SIAFI em 31/5/2021.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

Volume de Recursos Fiscalizados em milhões



7. ACHADOS DE AUDITORIA

Ultimadas as etapas reservadas ao exame, análise e cotejo de documentos, registros e demais fontes de informações consideradas, bem como observados os critérios referenciais utilizados, restaram evidenciados os seguintes achados de auditoria:

7.1 ACHADOS AUDITORIA FINANCEIRA⁸

7.1.1 - Ausência de registro da depreciação de bens imóveis pertencentes ao TRE-BA

Da análise dos bens imóveis pertencentes ao TRE-BA, evidenciou-se que não está sendo registrada a depreciação daqueles imóveis que não possuem cadastro no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet).

Verificou-se que os seguintes imóveis não possuem o devido cadastro: Fóruns Eleitorais de Juazeiro, Vitória da Conquista, Camaçari, Feira de Santana, Barreiras, Jequié, Cruz das Almas, Alagoinhas, Guanambi, Jacobina, Ipirá, Itaparica, Porto Seguro, Tucano, Irecê, Eunápolis, Ilhéus, Valença, Brumado, Seabra e Ribeira do Pombal. Registre-se que estes imóveis, em 24/09/2021, totalizaram no SIAFI o valor de R\$ 14.805.246,19.

Encontram-se também pendentes de registro os Prédios Anexos ao Edifício-Sede e o Edifício-Sede que totalizaram no SIAFI, em 24/09/2021, o valor de R\$ 34.155.481,33.

Assim, evidenciou-se que os bens imóveis que não possuem cadastro no SPIUnet totalizaram o valor de R\$ 48.960.727,52.

⁸ Link da Matriz Completa de Achados contendo achado, situação encontrada, critérios, evidências, esclarecimentos dos responsáveis, comentários dos gestores, análise da equipe de auditoria e proposta de encaminhamento no apêndice item 7.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

A Portaria Conjunta da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Patrimônio da União nº 703/2014, estabelece, para fins contábeis, que os bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais devem ser mensurados e lançados nos sistemas corporativos da SPU.

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014 estabelece que compete aos órgãos que tenham imóveis sob sua administração observar os procedimentos de cadastramento no SPIUnet.

Assim, levando-se em consideração dados do Manual de Avaliação de Imóveis do Patrimônio da União (2018, pág 70) que estabelece a vida útil de edifícios de escritórios em 67 anos e considerando o valor residual dos imóveis fixado em 20%, estima-se que anualmente não esteja sendo lançada a depreciação de bens imóveis no valor de R\$ 584.605,70, ou seja, R\$ 2.923.028,50 nos últimos 5 anos, impactando a conta de depreciação acumulada e de variações patrimoniais diminutivas (despesa de depreciação ocasionando superavaliação do ativo e do resultado do exercício).

Critério

[Macrofunção SIAFI 020330 - Depreciação, amortização e exaustão na ADM.DIR.União, Aut. e Fund; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, item 5.5; Portaria Conjunta STN/SPU nº 703, de 10 de dezembro de 2014, Art 7º; Manual Geral do SPIUnet, da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União – SCGPU, 2019 pág 6; Manual de Avaliação de Imóveis do Patrimônio da União, 2018.](#)

Evidência

[Consulta Tesouro Gerencial - contas 1.2.3.2.01.02, 1.2.3.2.1.01.04, 1.2.3.2.1.02.02, 1.2.3.2.1.06.01, 1.2.3.8.1.02.00 em 27/10/2021; SPIUnet - Consulta imóveis TRE-BA cadastrados.](#)

Proposta de encaminhamento

Reiterar a Recomendação 13.1.1 do Relatório de Auditoria Financeira Integrada com Conformidade - Exercício 2020 - Recomendar à SGA que comprove, em 180 dias, que os bens imóveis pertencentes ao TRE-BA se encontram devidamente cadastrados no SPIUnet.

7.1.2 - Ausência de atualização/reavaliação do valor monetário dos bens imóveis pertencentes ao TRE-BA

Da análise dos 28 bens imóveis pertencentes ao TRE-BA registrados no SIAFI, evidenciou-se que os referidos bens não vêm sofrendo atualização monetária de seu valor, tendo sido registrado apenas reavaliação do Edifício-Sede em 2008.

Em resposta à RDI Circular nº 2/2020/SEAGO/COAUD, a SGA informou que, até onde tem conhecimento, a atualização dos valores dos bens imóveis pertencentes ao TRE-BA não vem sendo realizada. A SOF informou na mesma RDI Circular que, de acordo com os registros no SIAFI, o Edifício-Sede do TRE-BA foi reavaliado em agosto de 2008, passando o valor do imóvel de R\$ 10.086.192,75 para R\$ 13.665.806,04 (aumento aproximado de 35%).

Em resposta à RDI nº 75/2021/SEAGO/COAUD, a SGA informou que não houve reavaliação dos imóveis nos últimos 2 anos e que a última reavaliação foi realizada por uma comissão há 10 anos.

Verificou-se, na Macrofunção do SIAFI 020335, que as reavaliações devem ser feitas utilizando-se o valor justo ou o valor de mercado na data de encerramento do Balanço Patrimonial, pelo menos: anualmente, para as contas ou grupo de contas cujos valores de mercado variaram



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

significativamente; e a cada quatro anos, para as demais contas ou grupos de contas. Verificou-se ainda que, segundo Portaria Conjunta nº 703/2014 da STN/SPU, os bens imóveis já lançados nos sistemas corporativos da SPU deverão ser reavaliados quando a última reavaliação tiver ocorrido em prazo superior a 5 anos, contado da publicação da referida Portaria.

Os bens imóveis do TRE-BA registrados no SIAFI (consulta realizada em 27/10/2021) totalizam o valor de R\$ 95.909.222,32. Tendo como base registro da reavaliação do Edifício-Sede do TRE-BA em agosto de 2008, em que o imóvel teve um aumento aproximado de 35%, estima-se que os bens imóveis registrados no balanço patrimonial do TRE-BA estejam subavaliados em aproximadamente R\$ 33.000.000,00.

Critério

[Macrofunção SIAFI 020335 - Reavaliação e redução ao valor recuperável, item 4.1](#); [Portaria Conjunta STN/SPU nº 703, de 10 de dezembro de 2014, Art. 6º, incisos I e II](#); [Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, item 5.4](#).

Evidência

[RDI Circular 2/2020/SEAGO/COAUD, SEI nº 0138780-31.2020.6.05.8000 \(Docs nº 1273616 e 1275525\)](#); [RDI 75/2021/SEAGO/COAUD, SEI nº 0016045-59.2021.6.05.8000, Doc.nº 1745459](#); [Papel de Trabalho - Consulta Tesouro Gerencial em 27/9/2021](#).

Proposta de encaminhamento

Reiterar a Recomendação 13.1.2 do Relatório de Auditoria Financeira Integrada com Conformidade - Exercício 2020 - Recomendar à SGA que providencie, no prazo de 120 dias, a reavaliação dos bens imóveis pertencentes ao TRE-BA.

7.1.3 Lançamento de bens imóveis em conta contábil incorreta

Nos registros do SPU, verificou-se que o Imóvel de Vitória da Conquista (R\$ 708.840,00) encontra-se classificado como Terreno. Com relação ao Imóvel de Itabuna (R\$ 155.249,97), embora esteja classificado no SIAFI, na conta contábil 1.2.3.2.1.01.02 (Edifícios), em sua descrição consta tratar-se de um “terreno”.

Da análise dos bens imóveis pertencentes ao TRE-BA registrados no SIAFI, evidenciou-se que na conta contábil 1.2.3.2.1.01.02 (Edifícios) foram lançados os Terrenos dos Imóveis de Itabuna (R\$ 155.249,97) e Vitória da Conquista (R\$ 708.840,00). Em consulta ao plano de contas do SIAFI (consulta CONCONTA), os terrenos pertencentes ao TRE-BA deveriam ter sido registrados na conta contábil 1.2.3.2.1.01.03 (Terrenos/Glebas).

Critério

[Macrofunção SIAFI 020344 - Bens Imóveis, item 10](#); [Consulta CONCONTA conta contábil 1.2.3.2.1.01.02 \(Edifícios\)](#), [Consulta CONCONTA conta contábil 1.2.3.2.1.01.03 \(Terrenos/Glebas\)](#) e [Consulta CONCONTA conta contábil 1.2.3.2.1.06.01 \(Obras em andamento\)](#).

Evidência

[Papel de Trabalho - Consulta Tesouro Gerencial em 27/9/2021](#)

Proposta de encaminhamento

Recomendar à SOF e à SGA que, em 60 dias, realize a revisão dos lançamentos efetuados nas contas contábeis de Edifícios (1.2.3.2.1.01.02 e 1.2.3.2.1.02.02), procedendo aos ajustes



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

pertinentes para a correta classificação dos bens imóveis pertencentes ao TRE-BA, solicitando, caso necessário, as devidas adequações à SPU.

7.1.4 Valor de bem imóvel registrado no SIAFI divergente do registrado no SPIUnet

Verificou-se na conta contábil 1.2.3.2.1.01.02 (Edifícios) que o imóvel de Itabuna (Terreno) está registrado no SIAFI pelo valor de R\$155.249,97 (27/09/2021). O mesmo imóvel encontra-se registrado no SPIUnet pelo valor de R\$3.049.702,20. Divergência de R\$2.894.452,23 entre o registro no SIAFI e no SPIUnet.

Critério

[Portaria Conjunta STN/SPU nº 703, de 10 de dezembro de 2014, Art 7º](#); [Manual Geral do SPIUnet, da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União – SCGPU, 2019](#).

Evidência

[Papel de Trabalho Bens Imóveis](#); [Tela SPIUnet - imoveis TRE-BA cadastrados](#).

Proposta de encaminhamento

Recomendar à SOF e à SGA que, no prazo de 60 dias, verifiquem o correto valor do Imóvel de Itabuna, de forma a realizar os devidos ajustes no SIAFI ou, em estando correto o valor do SIAFI, que se adote as providências cabíveis junto à Secretaria de Patrimônio da União, de forma a corrigir o valor registrado no SPIUnet.

7.1.5 - Valor da depreciação acumulada de bens imóveis registrados no SIAFI divergente do calculado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Verificou-se na conta contábil 1.2.3.8.1.02.00 (Depreciação acumulada - Bens imóveis) que o valor registrado da depreciação acumulada da conta Edifícios (P123210102) e da conta Armazéns/Galpões - CAT (P123210104) no SIAFI totalizaram no mês de junho/2021, respectivamente, R\$ 3.057.697,29 e R\$ 353.510,40. A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) registrou a depreciação acumulada destes imóveis nos valores de R\$ 514.889,18 e 60.131,40, respectivamente. Divergência total de R\$ 2.836.187,11 entre o registro no SIAFI e o registro na STN, acarretando uma subavaliação do ativo.

Critério

[Portaria Conjunta STN/SPU nº 703, de 10 de dezembro de 2014, Art 7º](#); [Manual Geral do SPIUnet, da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União – SCGPU, 2019](#).

Evidência

[Papel de Trabalho Bens Imóveis](#); [Tela SPIUnet - imoveis TRE-BA cadastrados](#); [Depreciação STN Imóveis jan_jun_2021](#); [Tela SIAFI conta 1.2.3.8.1.02.00 \(Depreciação Acumulada - Bens Imóveis\)](#).

Proposta de encaminhamento

Recomendar à SOF e à SGA que, no prazo de 60 dias, verifiquem o correto valor da depreciação acumulada dos bens imóveis registrados no SPIUnet (conta contábil 1.2.3.8.1.02.00), de forma a realizar os devidos ajustes no SIAFI.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

7.1.6 - Ausência de registro em contas de controle do SIAFI dos bens imóveis cedidos, em comodato e permissão de uso.

Verificou-se que o TRE-BA possui imóveis na situação de cedidos, em comodato e/ou em permissão de uso. Contudo, não se evidenciou o registro desses bens imóveis em contas de controle do SIAFI (contas 79721.00.00 - Responsabilidade com Terceiros e 89721.00.00 - Execução da Responsabilidade com Terceiros) conforme estabelece a Macrofunção SIAFI 020344, item 6.2.4.

Em resposta à RDI 86/2021/SEAGO/COAUD a SOF informou que os bens imóveis utilizados por este Regional a título de comodato, cessão de uso e termo de parceria atualmente não estão registrados em conta de controle.

Critério

[Macrofunção SIAFI 023044 - BENS IMÓVEIS \(Item 6.2.4\)](#) e [IPC 12 – Contabilização de Transferências de Bens Móveis e Imóveis - STN 2018](#).

Evidência

[Imóveis cedidos comodato permissão de uso Doc1764836](#); [Evidências conta de controle SIAFI](#); RDI nº 86/2021/SEAGO/COAUD (SEI nº 0017634-86.2021.6.05.8000, Docs. nº 1764836 e 1764837).

Proposta de encaminhamento

Recomendar à SGA que, no prazo de 60 dias, encaminhe para a SOF as informações necessárias acerca dos imóveis cedidos, em comodato e permissão de uso para que a SOF possa realizar o registro destes bens em conformidade com a macrofunção SIAFI 020344, item 6.2.4.

Recomendar à SOF que, no prazo de 90 dias, realize o registro dos bens imóveis cedidos, em comodato e/ou permissão de uso em conformidade com a Macrofunção SIAFI 020344, item 6.2.4.

7.1.7 - Saldo de depreciação acumulada em bens não localizados

Verificou-se no SIAFI 2021-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANCETE – CONTA 1.2.3.8.1.01.00 -DEPRECIACÃO ACUMULADA – BENS MÓVEIS, em consulta realizada em 28/10/2021, a existência de saldo proveniente da conta corrente: P 1.2.3.1.1.99.07 - Bens não localizados item saldo (depreciação), no valor de R\$ 24.217,90, quando a Macrofunção SIAFI 020330 estabelece que bens não localizados não devem ser depreciados.

Critério

020330 - Macrofunção SIAFI – Depreciação, amortização e exaustão, item 20.

Evidência

[SIAFI 2021-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANCETE – CONTA 1.2.3.8.1.01.00-DEPRECIACÃO ACUMULADA – BENS MÓVEIS](#); [SIAFI 2021-CONTABIL DEMONSTRA-BALANCETE - CONTA 1.2.3.1.1.99.07 - BENS NÃO LOCALIZADOS](#).

Proposta de encaminhamento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

Reiterar a Recomendação 13.1.7 do Relatório de Auditoria Financeira Integrada com Conformidade - Exercício 2020 - Recomendar à SGA que, em parceria com a SOF, no prazo de 60 dias, realize a adequação dos registros de depreciação acumulada no SIAFI às normas contábeis correlatas de forma a não contabilizar a depreciação de bens não localizados.

7.1.8 - Ausência de lançamento da amortização dos ativos intangíveis

Em consulta ao Balanço Patrimonial do TRE-BA e aos registros da conta contábil 1.2.4.1.1.01.00 - SOFTWARES COM VIDA ÚTIL DEFINIDA (R\$ 2.374.358,37) no SIAFI, em 18/10/2021, evidenciou-se que não está sendo realizada a amortização dos softwares com vida útil definida conforme determina o item 12.1 da Macrofunção SIAFI 020330. Considerando a vida útil dos softwares em 5 anos, desconsiderando o valor residual, e considerando a obrigatoriedade do lançamento das amortizações a partir de 2019 (Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015), estima-se uma distorção no Balanço Patrimonial de 31/12/2021, referente ao item intangíveis, no montante de R\$ 1.424.615,02 (R\$ 2.374.358,37 x 60%), devido à ausência de contabilização da amortização.

Critério

[Macrofunção SIAFI 020330 - Depreciação, Amortização e Exaustão na ADM. DIR.União, Aut. e Fund. item 12.1](#); [Instrução Normativa SRF nº 4/1985](#); [Portaria STN nº 548/2015](#).

Evidência

[Consulta SIAFI em 18/10/2021](#)

Proposta de encaminhamento

Recomendar à SGA que, no prazo de 30 dias, efetue o respectivo lançamento contábil da amortização dos ativos intangíveis do Órgão.

7.1.9 - Deficiência nos procedimentos de apropriação e baixa das férias e do 13º salário

Ao analisar os lançamentos feitos no SIAFI relativos a apropriação das férias e do 13º salário, verificou-se **inobservância à regra de competência** nos seguintes lançamentos:

1. a apropriação mensal de férias do pessoal ativo deste Regional, do mês de fevereiro no valor de R\$ 1.589.773,55, conforme relatório SOF_COFIC_FÉRIAS_GRAT_NAT FEV/21, foi feita em março;
2. a apropriação do mês de março no valor de R\$ 1.595.540,49, conforme relatório SOF_COFIC_FÉRIAS_GRAT_NAT MAR/21 foi feita em maio;
3. a apropriação do mês de abril no valor de R\$ 1.590.185,29, conforme relatório SOF_COFIC_FÉRIAS_GRAT_NAT ABR/21 foi feita em maio;
4. a apropriação mensal do duodécimo do 13º salário na conta 32111.05.00 - 13º Salário-Pessoal Civil - Inativos do mês de fevereiro, no valor de R\$ 263.259,05, foi feita em março;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

5. a apropriação do duodécimo do 13º salário na conta 32111.05.00 - 13º Salario-Pessoal Civil - Inativos do mês de março, no valor de R\$ 260.492,87, foi feita em maio;
6. a apropriação do duodécimo do 13º salário na conta 32111.05.00 - 13º Salario-Pessoal Civil - Inativos do mês de abril, no valor de R\$ 256.581,59, foi feita em maio;
7. a apropriação mensal do duodécimo do 13º salário na conta 32211.02.00 - 13º Salario-Pessoal Civil - Pensionistas do mês de março, no valor de R\$ 85.042,15, foi feita em maio;
8. a apropriação mensal do duodécimo do 13º salário na conta 32211.02.00 - 13º Salario-Pessoal Civil - Pensionistas do mês de abril, no valor de R\$ 85.827,24 foi feita em maio;
9. a apropriação mensal do duodécimo do 13º salário na conta 32211.02.00 - 13º Salario-Pessoal Civil - Pensionistas do mês de junho, no valor de R\$ 84.695,33 foi feita em julho;
10. a apropriação mensal do duodécimo do 13º salário na conta 31111.06.00 - 13º Salario-Pessoal Civil - RPPS do mês de fevereiro, no valor de R\$ 1.192.330,39 foi feita em março;
11. a apropriação mensal do duodécimo do 13º salário na conta 31111.06.00 - 13º Salario-Pessoal Civil - RPPS do mês de março, no valor de R\$ 1.196.655,54 foi feita em maio;
12. a apropriação mensal do duodécimo do 13º salário na conta 31111.06.00 - 13º Salario-Pessoal Civil - RPPS do mês de abril, no valor de R\$ 1.192.639,24 foi feita em maio;
13. a apropriação mensal do duodécimo do 13º salário na conta 31111.06.00 - 13º Salario-Pessoal Civil - RPPS do mês de junho, no valor de R\$ 1.190.129,12, foi feita em julho, entretanto, esse valor é o correspondente ao mês de julho, conforme Relatório SOF_COFIC_FÉRIAS_GRAT_NAT JUNHO 2021;
14. a apropriação mensal do duodécimo do 13º salário na conta 31121.06.00 - 13º Salario-Pessoal Civil - RGPS do mês de fevereiro, no valor de R\$ 9.285,8 foi feita em março;
15. a apropriação mensal do duodécimo do 13º salário na conta 31121.06.00 - 13º Salario-Pessoal Civil - RGPS do mês de março, no valor de R\$ 8.093,06 foi feita em maio;
16. a apropriação mensal do duodécimo do 13º salário na conta 31121.06.00 - 13º Salario-Pessoal Civil - RGPS do mês de abril, no valor de R\$ 6.687,01 foi feita em maio;
17. a apropriação mensal do duodécimo do 13º salário na conta 31121.06.00 - 13º Salario-Pessoal Civil - RGPS do mês de junho, no valor de R\$ 7.835,79 foi feita em julho, entretanto esse valor, segundo Relatório SOF_COFIC_FÉRIAS_GRAT_NAT JULHO 2021, corresponde ao mês de julho;
18. a baixa do adiantamento do 13º salário de março constante do Relatório SOF_COFIC_FÉRIAS_GRAT_NAT MARÇO 2021 (SEI-000287-13.2021 - Doc. 1398754) no valor de R\$ 1.550.283,62 foi feita em maio;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

19. baixa do adiantamento do duodécimo de 13º salário de abril no valor de R\$ 1.541.735,08 foi feita em maio;

20. baixa do adiantamento do duodécimo de 13º salário de junho constantes do Relatório SOF_COFIC_FÉRIAS_GRAT_NAT JUNHO 2021 (SEI-00011677-07.2021 - Doc. 1649774) no valor de R\$ 1.531.522,89 foi feita em julho.

Ao analisar os lançamentos feitos no SIAFI relativos a apropriação e baixa do adiantamento das férias e do 13º salário, verificou-se que **não foi realizada a devida apropriação mensal nos seguintes lançamentos**, no recorte analisado (de janeiro a agosto):

1. a apropriação mensal do duodécimo do 13º salário na conta 32211.02.00 - 13º Salario-Pessoal Civil - Pensionistas dos meses de fevereiro no valor de R\$ 85.042,15(oitenta e cinco mil, quarenta e dois reais e quinze centavos), de maio no valor de R\$ 82.946,84 (oitenta e dois mil, novecentos e quarenta e seis reais e oitenta e quatro centavos) e de julho no valor de R\$ 87.021,34 (oitenta e sete mil, vinte e um reais e trinta e quatro centavos);

2. a apropriação mensal do duodécimo do 13º salário na conta 31111.06.00 - 13º Salario-Pessoal Civil - RPPS do mês de maio no valor de R\$1.184.217,82 (um milhão, cento e oitenta e quatro reais, duzentos e dezessete reais e oitenta e dois centavos);

3. baixa do adiantamento do duodécimo de 13º salário de fevereiro constante do Relatório SOF_COFIC_FÉRIAS_GRAT_NAT FEVEREIRO 2021 (SEI-0001431-49.2021, Doc. - 1377931) no valor de R\$ 1.549.917,39;

4. baixa do adiantamento do duodécimo de 13º salário de maio no SIAFI constante do Relatório SOF_COFIC_FÉRIAS_GRAT_NAT MARÇO 2021 (SEI-000287-13.2021 - Doc. 1398754) no valor de R\$ 1.527.731,84.

Verificou-se, também, quando da análise da apropriação mensal de férias a pagar do pessoal ativo deste Regional, **divergência entre os valores constantes no Relatório da Folha de Férias e 13º e os lançados no SIAFI** referentes à apropriação mensal de férias a pagar.

Na Conta 311110.05.00 - Férias - RPPS:

Mês	Valor Relatório da Folha	Valor SIAFI
junho	R\$ 1.578.431,14	R\$ 1.586.838,33
julho	R\$ 1.586.838,33	R\$ 1.578.431,14

Na Conta 21111.01.03 - Férias a pagar:

Mês	Valor Relatório da Folha	Valor SIAFI
junho	R\$ 1.587.858,03	R\$ 1.597.286,03
julho	R\$ 1.597.286,03	R\$ 1.587.858,03



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

Critério

[Macrofunção SIAFI 021142 - FOLHA DE PAGAMENTO](#) e [Orientação SOF/TSE nº 10/2018](#).

Evidência

[Consulta Tesouro Gerencial do período de janeiro a agosto de 2021 das Conta 31111.05.00 - Férias - RPPS e 21111.01.03 - Férias a pagar.](#)

Proposta de encaminhamento

Recomendar à SOF que, no prazo de 60 dias, aperfeiçoe os controles internos utilizados na apropriação de férias e 13º salário.

7.1.10 - Não reconhecimento de passivo anterior à emissão de empenho de despesas que já foram incorridas

Da análise da execução das despesas e do relatório extraído do Tesouro Gerencial - NOTA DE EMPENHO COM ED 92 e PASSIVO ANTERIOR, verificou-se a ocorrência da falta de registro de obrigações oriundas de despesas já incorridas - passivo anterior - em contrapartida ao registro de variação patrimonial diminutiva ou ajuste de exercícios anteriores, perfazendo um total de R\$ 195.163,08.

A Macrofunção SIAFI 021140 - Reconhecimento de Passivos, prescreve que a contabilidade registrará todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, independentemente de sua legalidade, conforme disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias 14.116/2020.

Critério

[Macrofunção SIAFI 021140 - Reconhecimento de Passivos](#)

Evidência

[Relatório extraído do Tesouro Gerencial - NOTA DE EMPENHO COM ED 92 e PASSIVO ANTERIOR](#)

Proposta de encaminhamento

Recomendar à SOF, no prazo de 60 dias, a instituição de controles internos de forma a reconhecer o passivo anterior à emissão de empenho de despesas que já foram incorridas.

7.1.11 - Bens no ativo imobilizado do órgão sem expectativa de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços com a sua utilização ou alienação

Em consulta ao Relatório Quantitativo (Conta Contábil) extraído do ASIweb, evidenciou-se a existência de bens no montante de R\$ 3.042.411,31 (três milhões, quarenta e dois mil, quatrocentos e onze reais e trinta e um centavos) registrados com a situação de bens inservíveis.

Segundo a NBC TSP07 - Ativo Imobilizado “o custo de item do ativo imobilizado deve ser reconhecido como ativo se, e somente se: (a) for provável que benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços associados ao item fluirão para a entidade; e b) o custo ou o valor justo do item puder ser mensurado confiavelmente.” e ainda “o valor contábil de item do ativo imobilizado deve ser desreconhecido: [...]; quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços com a sua utilização ou alienação.”



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

Por sua vez, o Decreto Lei nº9.373/2018, especifica que:

Art. 7º Os bens móveis inservíveis cujo reaproveitamento seja considerado inconveniente ou inoportuno serão alienados em conformidade com a legislação aplicável às licitações e aos contratos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, indispensável a avaliação prévia.

Parágrafo único. Verificada a impossibilidade ou a inconveniência da alienação do bem classificado como irrecuperável, a autoridade competente determinará sua destinação ou disposição final ambientalmente adequada, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010.

A macrofunção 021134 - Movimentação e Alienação de bens recomenda a reclassificação dos bens considerados inservíveis com o objetivo de evidenciar de fato a expectativa de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços pelo Ativo Imobilizado nas análises das demonstrações contábeis.

Critério

[NBC TSP 07 - Ativo Imobilizado; Macrofunção SIAFI 021134 - Movimentação e Alienação de Bens \(item 6.1\); Art. 7º do Decreto Lei nº9.373/2018.](#)

Evidência

[Relatório Analítico \(Conta Contábil\) com a situação INSERVÍVEL](#); relatório disponibilizado pela SEGEP (SEI nº 0017629-64.2021.6.05.8000, Doc. 1771630) - Termo de Transferência Interna.

Proposta de encaminhamento

Recomendar à SOF e à SGA que, no prazo de 120 dias, realize o desreconhecimento do ativo imobilizado do órgão dos bens classificados como inservíveis.

7.1.12 - Valores de longa data na conta de Bens não Localizados

Em consulta ao Histórico de movimentações dos bens não localizados do órgão, extraído do ASIweb, evidenciou-se que bens que se encontram nessa situação, há mais de cinco anos, totalizam o montante de R\$ 256.368,42 (duzentos e cinquenta e seis mil, trezentos e sessenta e oito reais e quarenta e dois centavos) se considerado o seu valor bruto atual. Deste total, R\$ 243.026,11 (duzentos e quarenta e três e vinte e seis mil e onze centavos) são de bens não localizados desde 2012.

A Macrofunção SIAFI 020318 - Encerramento do Exercício esclarece que caso haja valores de longa data, na conta Bens não localizados, a gestão deve avaliar se são valores residuais, cujo controle tenha se perdido e, se confirmada tal situação, deve-se promover a descontinuidade do bem, realizando a baixa em contrapartida a uma VPD.

Critério

[Macrofunção SIAFI 020318 - Encerramento do Exercício, item 5.2.8.4 \(e\)](#)

Evidência

[Histórico de movimentações dos bens não localizados do Tribunal, extraído do ASIweb; Papel de trabalho Planilha Bens não localizados há mais de 5 anos.](#)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

Proposta de encaminhamento

Recomendar à SOF e à SGA que, no prazo de 90 dias, verifiquem a existência de bens não localizados de longa data, procedendo em seguida a descontinuidade do bem, realizando a baixa em contrapartida a uma VPD.

7.1.13 - Inventário anual de bens móveis não realizado

Em resposta à RDI 91/2021/SEAGO/COAUD, a SGA informou que o último inventário realizado foi em 2019. Conforme o art. 75, da Portaria da Presidência nº 364/2017, o inventário físico é um procedimento administrativo anual de caráter obrigatório, que consiste no arrolamento físico de todo o material permanente e de consumo, realizado por Comissão de inventário. Não se evidenciou a realização de inventário nos exercícios de 2020 e 2021.

A equipe de auditoria selecionou amostra entre os bens móveis adquiridos pelo TRE-BA em 2021 e verificou se os bens se encontravam fisicamente na unidade administrativa responsável descrita no relatório analítico de Bens Móveis extraído do ASIWEB. Dos 66 bens selecionados, evidenciou-se que 37 bens (56%) não se encontravam na unidade administrativa descrita no relatório analítico de Bens Móveis extraído do ASIWEB.

Critério

[Portaria da Presidência TRE-BA nº 364/2017, art. 75](#); [Resolução Administrativa TRE-BA nº 4/2021, art. 146](#).

Evidência

[RDI 91/2021/SEAGO/COAUD \(SEI nº 0018858-59.2021.6.05.8000\)](#); [Papel de Trabalho Relatório Analítico de Bens Móveis ASIWEB](#).

Proposta de encaminhamento

Recomendar ao Presidente do TRE-BA que institua Comissão Provisória de Inventário com a finalidade de realizar o inventário anual de bens do Tribunal.

7.2 ACHADOS AUDITORIA DE CONFORMIDADE - COMPRAS E CONTRATAÇÕES⁹

7.2.1 - Ausência de estudos técnicos preliminares

1. Não foram realizados estudos técnicos preliminares para as contratações a seguir listadas:
 - 1.1. Serviço de locação de toldos (SEI nº 0001867-08.2021.6.05.8000);
 - 1.2. Serviços gráficos (SEI nº 0141342-13.2020.6.05.8000);

⁹ Link da Matriz Completa de Achados contendo achado, situação encontrada, critérios, evidências, esclarecimentos dos responsáveis, comentários dos gestores, análise da equipe de auditoria e proposta de encaminhamento no apêndice item 7.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

- 1.3. Serviço de conservação de urnas eletrônicas (SEI nº 0135609-66.2020.6.05.8000);
 - 1.4. Serviço de organização de eventos (SEI nº 011299-51.2021.6.05.8000);
 - 1.5. Aquisição de materiais diversos de manutenção predial (SEI nº 0138076-18.2020.6.05.8000);
 - 1.6. Aquisição de materiais de expediente (SEI nº 0002730-61.2021.6.05.8000).
2. Considerando o disposto no art. 1º, §2º, da IN DG nº 01/2021, pode-se dispensar ETP apenas para os treinamentos previstos no Plano Anual de Capacitação e no Plano Anual de Capacitação de TIC. Nas contratações de treinamento por inexigibilidade, abaixo relacionadas, que não constaram do PAC, não foram apresentados os respectivos documentos (ETP's) :
- 2.1. Treinamento *on the job* para Revisão do Planejamento Estratégico do TRE-BA 2021-2026 (SEI nº 0001238-34.2021.6.05.800), sem previsão no Plano Anual de Capacitação (PAC-2021) (documento nº 1373296);
 - 2.2. Capacitação para elaboração do Projeto Pedagógico, Plano Anual e Plano Plurianual da EJE (SEI nº 0002576-43.2021.6.05.8000), sem previsão no Plano Anual de Capacitação (PAC-2021);
 - 2.3. Curso EAD Administração Judicial Aplicada (SEI nº 0010363-26.2021.6.05.8000), sem previsão no Plano Anual de Capacitação (PAC-2021).
3. O Comitê Gestor de Orçamento e Aquisições (CgeOA), em reunião realizada no dia 10/05/2021, deliberou a dispensa da apresentação de Estudos Técnicos Preliminares - ETP, até o dia 30/5/2021, conforme registrado em ata (documento nº 1620345), em sentido contrário ao que dispõe o art. 8º, §4º, da Resolução Administrativa nº 03/2019 c/c com o art. 1º da Instrução Normativa DG nº 1/2021.

Critério

Art. 1º, §2º, da IN DG nº 01/2021; Arts. 4º, I e III, art. 8º, §4º, e 19, §4º, I, da Resolução Administrativa TRE/BA nº 03/2019; Art. 12, caput, da Resolução CNJ nº 182/2013; Art. 14, IV, da Resolução CNJ nº 347/2020.

Evidência

PAC Geral-2021; Processos SEI nºs 0001238-34.2021.6.05.800, 0002576-43.2021.6.05.8000, 0010363-26.2021.6.05.8000, 0001867-08.2021.6.05.8000, 0141342-13.2020.6.05.8000, 0135609-66.2020.6.05.8000, 0138076-18.2020.6.05.8000 e 011299-51.2021.6.05.8000; doc. nº 1620345 (Ata CGeOA).

Proposta de encaminhamento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

Recomendar à SGP que, em 60 dias, apresente plano de ação para aprimorar o processo de elaboração do PAC, viabilizando uma maior aderência entre as ações planejadas e as efetivamente realizadas, a fim de que a necessidade de elaboração de ETP para contratações de treinamento ocorra apenas em situações excepcionais.

7.2.2 - Ausência de documentos e memórias de cálculo que justifiquem a definição dos quantitativos da contratação.

Não foi identificado nos autos dos processos SEI nºs 0002730-61.2021.6.05.8000, 0138076-18.2020.6.05.8000 e 011299-51.2021.6.05.8000 documentos e memórias de cálculo que fundamentam a definição das quantidades de materiais de expediente, de manutenção predial e do serviço de organização de eventos, respectivamente, que deveriam ser contratados em função do consumo e utilização prováveis.

Critério

Art. 15, § 7º, inciso II, da Lei nº 8666/1993; Art. 7º, V, da IN SGD/ME 40/2020, ACÓRDÃO nº 1852/2020 - TCU/PLENÁRIO e ACÓRDÃO nº 2459/2021 - TCU/PLENÁRIO.

Evidência

Documentos nºs 1409882, 1410371, 1679961, 1249528, 1249530, 1638113 e 1638116.

Proposta de encaminhamento

Recomendar à SGA que, no prazo de 60 dias, expeça orientação às unidades demandantes no sentido de que justifiquem as previsões de quantidade estabelecidas nas demandas de contratação, por meio de documentos e memórias de cálculo baseadas, preferencialmente, no histórico de consumo e utilização provável.

7.2.3 - Deficiência no gerenciamento de riscos das contratações.

1. Não foi identificado nos autos das contratações a seguir listadas o gerenciamento dos riscos:
 - 1.1. Serviços gráficos (SEI nº 0141342-13.2020.6.05.8000);
 - 1.2. Serviço de conservação de urnas eletrônicas (SEI nº 0135609-66.2020.6.05.8000);
 - 1.3. Serviço de organização de eventos (SEI nº 011299-51.2021.6.05.8000);
 - 1.4. Aquisição de materiais diversos de manutenção predial (SEI nº 0138076-18.2020.6.05.8000);
 - 1.5. Aquisição de materiais de expediente (SEI nº 0002730-61.2021.6.05.8000).
2. O Mapa de Gerenciamento de Riscos para contratação de *service desk* (página 18 do documento nº [1644009](#) do SEI nº 0011142-78.2021.6.05.8000) restringiu-se a identificar



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

riscos da etapa de seleção do fornecedor, deixando de identificar, avaliar e indicar tratamento e ações para riscos do planejamento da contratação e da gestão contratual.

3. As escalas de probabilidade, impacto e risco de controle utilizadas no Mapa de Análise de Riscos contidas nos ETP's para contratação de serviço de locação de toldos (documento nº 1678213 do SEI nº 0013032-52.2021.6.05.8000) e de *service desk* (documento nº 1644009 do SEI nº 0011931-77.2021.6.05.8000) são incompatíveis com as escalas contidas no Manual de Gestão de Riscos Institucionais.

Critério

Art. 8º da Resolução Adm. TRE/BA nº 3/2019; art. 15 da IN DG nº 01/2021; art. 25 da IN SGD/ME nº 40/2020; art. 8º, § 1º, da IN SGD/ME nº 01/2019; Art. 17 da Resolução Adm. TRE-BA nº 16/2018, alterada pela Resolução Adm. TRE-BA nº 27/2019, c/c Manual de Gestão de Riscos, versão 2.1 (out/2019).

Evidência

SEI nº 0141342-13.2020.6.05.8000, SEI nº 0135609-66.2020.6.05.8000, SEI nº 011299-51.2021.6.05.8000, SEI nº 0138076-18.2020.6.05.8000, SEI nº 0002730-61.2021.6.05.8000, SEI nº 0013032-52.2021.6.05.8000, documento nº 1678213, documento nº 1682778 (Modelo de ETP Completo/COMAP) e documento nº 1682788 (Modelo de ETP Simplificado/COMAP).

Proposta de encaminhamento

Recomendar à SGA que, no prazo de 90 dias, adequar os modelos dos mapas de gerenciamento de riscos (documentos nº 1682778 e 1682788) à metodologia institucional de gerenciamento de riscos.

7.2.4 - Deficiência na pesquisa de preço.

1. Pesquisa de preço para contratação de serviço de locação de toldos (SEI nº 0001867-08.2021.6.05.8000) feita exclusivamente por consulta direta aos fornecedores sem a devida justificativa acerca da impossibilidade de obtenção de preços por meio das demais fontes previstas na Portaria DG nº 97/2019.
2. No planejamento da contratação de serviços gráficos (SEI nº 0141342-13.2020.6.05.8000), o valor foi estimado com base nas propostas de pregões para serviços similares. Observa-se que a Unidade considerou todas as propostas, não apenas a vencedora. Para cálculo do valor estimado para o item 30 (documento nº 1402093), por exemplo, foram considerados os valores indicados na página 999 do documento nº 1399837, inclusive a proposta de empresa que pediu desclassificação. No cálculo do item 40 (documento nº 1402093), foram utilizados os valores da página 34 do documento nº 1399837, sem observar o quanto disposto no art. 97, inciso II, da Portaria nº 97/2019. Registre-se, ainda,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

que a referida metodologia não foi descrita no relatório da SEAQUI (documento nº 1399852).

3. No planejamento da contratação de mestre de cerimônia (SEI nº 0011299-51.2021.6.05.8000), a pesquisa de preço foi realizada exclusivamente por consulta direta a fornecedores, com justificativa genérica para não utilização dos demais parâmetros previstos na Portaria DG nº 97/2019.

Critério

Art. 2º, §§1º e 3º, da Portaria DG nº 97/2019; arts. 4º e 6º da IN SGD/ME nº 73/2020; TCU – Acórdão nº 6.237/2016 – Primeira Câmara; TCU – Acórdão nº 3.351/2015 – Plenário; Acórdão nº 2.816/2014-P; Acórdão TCU nº 2.637/2015-P.

Evidência

Documentos nºs 1392729, 1402093, 1399828, 1399837, 1359293, 1359301, 1660178, 1681388, 1655802 e 1655804; pesquisa no painel de preços para mestre de cerimônia.

Proposta de encaminhamento

Recomendar à SGA/SEAQUI que, nas próximas contratações, documente a metodologia utilizada para definição do preço estimado, inclusive motivando, de forma específica, a realização de pesquisa exclusivamente por consulta direta aos fornecedores, em observância ao quanto disposto na Portaria DG nº 97/2019.

7.2.5 - Deficiência na identificação da solução mais vantajosa nas contratações do Tribunal

1. Da análise do SEI nº 0001867-08.2021.6.05.8000, verificou-se a contratação do serviço de aluguel de toldos pelo período de 30 meses para acomodar bens inservíveis não descartados em 2019, sem estudos que justifiquem a inviabilidade da conclusão do processo de desfazimento dos referidos bens no corrente ano, bem como a restrição à realização do referido procedimento em anos eleitorais. Em resposta à RDI nº 87/2021/SEALIC/COAUD, a COMAP informou que, “*após estudos, chegou-se a conclusão que, efetuados dois Processos de Desfazimento anuais, a locação dos toldos não será necessária pois no espaço interno caberia os bens inservíveis*” e que “*a situação pandêmica não permitiu a implementação do projeto dos 02 desfazimentos, aliada à necessidade da guarda dos Fancoils oriundos do prédio (Anexo III) doado pelo TRT*” (documento nº 1757830), mas não evidenciou os referidos estudos, nem os projetos de desfazimento que informa não terem sido implementados em razão da pandemia. Registre-se que a demanda por espaço para acomodação de bens inservíveis vem de janeiro de 2018 (documento nº 0759958) e, até a presente data, não foi realizado levantamento de mercado, com prospecção e análise das alternativas de possíveis soluções, assegurando a contratação mais econômica para Administração Pública.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

2. Verificou-se a contratação de aluguel de toldo por dispensa de licitação, em razão do valor, havendo contrato vigente, previsto no PLANCONT, firmado no mesmo exercício (22/04/2021), com o mesmo objeto e a mesma contratada. Observa-se que, no Contrato nº 37/2021 (documento nº 1703368), pagou-se por toldo similar (mais baixo) valor superior (R\$ 797,00 por mês) ao pago no Contrato nº 18/2021 (documento nº 1610520) (R\$788,99 por mês).

Critério

Arts. 4º, III, art. 5º, II, art. 8º, I, §4º, e 19, §4º, I, da Resolução Administrativa TRE/BA nº 03/2019; Art. 14, IV, da Resolução CNJ nº 347/2020; TCU, Acórdão nº 1780/2007; Acórdão TCU 396/2003. Plenário; Acórdão TCU 1373/2012 - Primeira Câmara. Lei Geral das Eleições - Lei nº 9.504/1997, art.73, § 10º.

Evidência

Contrato nº 37/2021 (documento nº 1703368); Contrato nº 18/2021 (documento nº 1610520); Formulário de Contratação 2021 (Documento nº 1386585); Formulário de Contratação 2018 (Documento nº 0759958).

Proposta de encaminhamento

Recomendar à SGP que, em parceria com a SGA, no prazo de 60 dias, elabore Plano Anual de Capacitação na área de contratações, contendo ações de capacitação para as funções-chaves do processo de contratação, nos termos do art. 13 da Res. CNJ nº 347/2020.

Recomendar ao Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação que, no prazo de 60 dias, avalie a priorização de disponibilização de sistema de monitoramento da tramitação de processos de aquisição.

Recomendar à SGA que, no prazo de 60 dias, aprimore os controles internos relativos ao monitoramento da programação de gastos e a tramitação de processo de aquisição de bens e de serviços, a fim de subsidiar a tomada de decisões.

7.2.6 - Contratação sem adoção de práticas de gestão sustentável, racionalização e consumo consciente.

Não foi identificado nos processos de contratação de serviços gráficos (0141342-13.2020.6.05.8000) e de material de expediente (SEI 0002730-61.2021.6.05.8000) estudo e levantamento das alternativas à aquisição dos produtos e serviços solicitados, considerando a real necessidade da aquisição, a existência de alternativas sustentáveis no mercado e elementos que direcionem o quantitativo efetivamente necessário para o órgão.

Critério



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

Art. 6º, §4º, I e IV, e §5º, da Resolução CNJ nº 201/2015, revogada pela Resolução CNJ nº 400/2021 (art. 20 refere regulamentação similar); art. 7º, I e II, da Resolução TRE-BA nº 27/2018; art. 148, parágrafo único, III, da Resolução TRE-BA nº 04/2021.

Evidência

SEI nº 0141342-13.2020.6.05.8000 e SEI nº 0002730-61.2021.6.05.8000.

Proposta de encaminhamento

Recomendar ao grupo de trabalho instituído pela Portaria DG nº 156, de 18 de março de 2022 que, no prazo de 120 dias, a contar da publicação da referida portaria, conclua os estudos para elaboração do Guia de Contratações Sustentáveis deste Regional.

Recomendar à Diretoria-Geral que, no prazo de 30 dias, a contar da conclusão dos estudos do grupo de trabalho instituído pela Portaria DG nº 156, de 18 de março de 2022, institua o Guia Prático de Contratações Sustentáveis do TRE-BA, com o objetivo de orientar a inclusão de critérios e práticas de sustentabilidade a serem observados na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços deste Tribunal.

7.2.7 - Deficiência no procedimento de verificação da prestação da garantia contratual.

1. Apresentação de garantia após o prazo contratual: verificou-se no processo SEI nº 0009971-86.2021.6.05.8000, referente ao Contrato Emergencial 26/2021, que a garantia contratual foi apresentada em 08/06/2021, após o prazo contratual expirado em 04/06/2021;
2. Condições restritivas da garantia em desacordo com o contrato: no Contrato Emergencial 26/2021 (documento nº 1632637), as condições particulares inseridas na apólice (documento nº 1645120), notadamente as cláusulas RISCOS EXCLUÍDOS (pg. 6) e COBERTURA ADICIONAL DE AÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS - CONDIÇÕES PARTICULARES (pg. 7) são menos abrangentes que os itens 5 e 6 da cláusula quarta do contrato 26/2021. Exemplificadamente, a cláusula 4.4 do Contrato 26/2021 estabelece que a garantia prestada pela Contratada responderá pelo pagamento de qualquer obrigação e a cláusula 4.5 prescreve que não será aceita garantia que vede a possibilidade inserta na condição anterior. Por seu turno, a apólice de seguro garantia apresentada excepciona de sua cobertura danos morais, danos ambientais, entre outros riscos (pg. 6 do documento nº 1645120). Especificamente em relação às obrigações trabalhistas, a garantia impõe condições restritivas não contempladas no Contrato 26/2021, a exemplo de cobertura somente de ações trabalhistas distribuídas na Justiça do Trabalho (3.1.2, pg 7, doc. 1645120).

Critério

[Art. 56 da Lei nº 8.666/1993.](#)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

Evidência

[Documento nº 1632637](#) (Contrato 26/2021); [documento nº 1632749](#) (Mensagem eletrônica); e [documento nº 1645120](#) (Apólice de seguro garantia do CT 26/2021).

Proposta de encaminhamento

Recomendar à SGA que, no prazo de 30 dias, promova o aperfeiçoamento dos controles de recebimento e análise das garantias contratuais.

7.2.8 - Pagamento de serviços sem consulta a documentos fiscais e trabalhistas.

Com relação ao contrato nº 4/2018 que trata da prestação de serviços continuados de limpeza e conservação das unidades do interior da Justiça Eleitoral, a empresa Vera Cruz encaminhou notas fiscais para pagamento dos serviços prestados no mês de setembro de 2021 (SEI nº 0143131-47.2020.6.05.8000, doc nº 1745291) sem, contudo, anexar documentos fiscais federal, municipal e a CNDT. Quanto ao documento fiscal municipal e à CNDT, pôde-se verificar que ainda se encontravam válidos os que foram encaminhados para subsidiar o pagamento dos serviços prestados no mês anterior. No entanto, a ausência da documentação fiscal federal não pode ser suprida, visto que, o documento anterior, teve sua validade expirada em 26.09.2021 (folhas 53, 54 e 51, respectivamente, do documento nº 1723383). Mesmo com essa pendência, não consta dos autos registro da ocorrência, nem diligência à contratada para complementação da documentação.

Quanto ao contrato nº 96/2020 que trata da prestação de serviço de manutenção predial preventiva e corretiva nos imóveis desta Justiça Especializada no interior do Estado, a empresa AS Engenharia encaminhou em 19 de outubro de 2021 (documento nº 1750078 do SEI nº 0143173-96.2020.6.05.8000), notas fiscais para pagamento sem, no entanto, incluir a CNDT entre os documentos enviados. Analisando encaminhamento anterior da empresa, verifica-se que a CNDT que lá se encontrava não serviria para suprir essa falta, pois expirou em 24.9.2021 (folha do documento nº 1695067). No entanto, não consta dos autos registro da ocorrência, nem diligência à contratada para complementação da documentação.

Critério

[Art. 27, inciso IV, e art. 29, inciso V, c/c o art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/1993](#) e [Acórdão TCU nº 2197/2009-Plenário](#); [Capítulo XIII da Portaria n.º 192/2015](#); [Orientação SECONT ao Fiscal nº 3/2021](#).

Evidência

Contrato nº 4/2018: SEI nº 0143131-47.2020.6.05.8000, documentos nº [1745291](#), [1723383](#) fls 51, 53 e 54, [1748541](#), [1748545](#), [1748546](#), [1748547](#), [1748551](#) e [1753829](#). Contrato 96/2020: SEI nº 0143173-96.2020.6.05.8000, documentos nº [1750078](#), [1750231](#), [1695067](#) e [1758929](#).

Proposta de encaminhamento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

Recomendar à SGA que, no prazo de 60 dias, aperfeiçoe os modelos de *Check List* de pagamento destinados aos fiscais de contrato.

Recomendar à SOF que, no prazo de 60 dias, aperfeiçoe os controles internos relativos à verificação da regularidade fiscal e trabalhista das empresas contratadas e a adoção das providências prescritas no Capítulo XIII da Portaria n.º 192/2015.

7.2.9 - Contratação emergencial sem atendimento das exigências legais

Da análise do processo SEI n.º 0009971-86.2021.6.05.8000, verificou-se a aplicação de dispensa de licitação por emergência sem observância à limitação da contratação à parcela necessária ao afastamento do risco, não havendo comprovação, nos autos, de emergência concreta e efetiva, para a maior parte das demandas contempladas pela contratação.

No documento n.º 1606804, a unidade demandante apresenta a justificativa a seguir transcrita para a contratação emergencial sob análise:

Convém salientar que existem fortes indícios de graves prejuízos à realização das reformas do Edifício-Sede e do Anexo II, ambos com recursos específicos do exercício 2021, pelo desatendimento da Contratada às demandas de elaboração dos projetos necessários à abertura do processo licitatório. No caso da reforma do edifício sede, os projetos que não foram abrangidos no bojo do Contrato n.º 25/2019, como por exemplo, som e mídia. A frustração da licitação para a realização das citadas reformas implicaria em imensas dificuldades em se conseguir novo aporte de recursos no próximo exercício, postergando a realização de intervenções que já são urgentes, tanto no telhado do edifício Anexo II quanto em estruturas do edifício sede, a exemplo dos forros de teto, chamados de “ripadinhos”, nos “brises” e em outras.

Ademais encontra-se em plena execução a reforma do Anexo III, com prazo de execução de 10 meses (findando em final do mês de julho) e cuja fiscalização e acompanhamento da obra é feita por profissionais alocados na prestação dos serviços objeto do Contrato 14/2019, cuja prorrogação não foi confirmada pela Contratada. De igual forma, está prestes a ser iniciada a reforma do Fórum Eleitoral de Jacobina, cujo acompanhamento e fiscalização caberiam, também, aos profissionais em questão.

Além disso, importante ressaltar que foram identificados problemas estruturais do Fórum Eleitoral de Ipirá, que põe em risco a utilização do imóvel. Os projetos de reforma desse imóvel estão sendo elaborados pela já mencionada empresa signatária do Contrato 14/2019.

Instada a se manifestar, por meio da Requisição de Documentos e/ou Informações n.º 82/2021/SEALIC/COAUD, a SEPROB informou, em relação a cada um dos imóveis a seguir listados, a necessidade da prestação dos serviços contratados:

1. Edifício Sede: “a reforma está prevista para ser executada em três exercícios financeiros: 2021 - o recurso já encontra-se no Tribunal e para suprir o valor para 2022 e 2023 - a solicitação do recurso está prevista na proposta orçamentária de 2022”.

Considerando que o Contrato n.º 26/2021 foi firmado em 16/05/2021, com prazo de 180 dias (encerramento em 16/11/2021), e que o processo de contratação para reforma do edifício sede, deflagrado em 05/05/2021 (antes da contratação emergencial) somente foi finalizado em 26/11, conclui-se que a empresa contratada emergencialmente não atuou na elaboração dos projetos, nem na fiscalização dessa reforma;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

2. Anexo II: “a reforma está prevista para ser executada em dois exercícios financeiros: 2021 - o recurso já encontra-se no Tribunal e para suprir o valor para 2022 - a solicitação do recurso está prevista na proposta orçamentária de 2022”.

Considerando que o Contrato nº 26/2021 foi firmado em 16/05/2021, com prazo de 180 dias (encerramento em 16/11/2021), e que o processo de contratação para reforma do edifício sede, deflagrado em 26/05/2021 (logo após a contratação emergencial) somente foi finalizado em 24/11, conclui-se que a empresa contratada emergencialmente não atuou na elaboração dos projetos, nem na fiscalização dessa reforma;

3. Anexo III: “**Primeira parte da reforma** - os recursos encontram-se no Tribunal, foi solicitado, através de crédito adicional, valor para cobrir as despesas com o reajustamento; **Para a segunda etapa** - recursos solicitados através da proposta orçamentária de 2022”.

Considerando que o Contrato nº 58/2020 (documento nº 1206828), assinado em 17/08/2020 (documento nº 1207595), com vigência de 395 dias, a contar a partir da data de sua assinatura, não havendo prorrogação do contrato, o que não restou identificado no SEI nº 0052035-48.2020.6.05.8000, tem-se que a atuação da empresa contratada emergencialmente seria necessária até o mês de agosto de 2021;

4. Fórum Eleitoral de Jacobina: “os recursos encontram-se no Tribunal” e a reforma “está em fase de execução através da empresa DEVIR, Contrato 091/2020, SEI 0096916-13.2020.6.05.8000”;

Contrato nº 91/2020 vigente até 14/12/2021, mas, de acordo com informações constantes dos documentos nº 1799662 e 1700429, a obra de Jacobina só teve início em 12/08/2021 e o projeto estava pronto desde junho de 2020; portanto, o contrato emergencial somente atendeu à necessidade de fiscalização da obra a partir de agosto de 2021.

5. Fórum Eleitoral de Ipirá: “recursos solicitados através da proposta orçamentária de 2022”.

Ocorre que o laudo técnico que aconselhou “**corrigir de forma urgente a fundação, pelo menos neste local onde o vício está mais evidente visto que na situação atual há risco futuro de instabilidade estrutural**” é anterior à 13/10/2020 (documento nº 1266120) e desde a referida data já constava do processo SEI nº 0138926-72.2020.6.05.8000 o projeto de recuperação estrutural (documento nº 1266117) e planilha de serviços (documento nº 1266047). Após revisão do laudo técnico (documento nº 1298125), datado 29/10/2020, entendeu-se necessária a desocupação do imóvel, já providenciada, e a inclusão “na programação da SEPROB para 2021 a elaboração dos projetos para reforma do Fórum de Ipirá, o qual está previsto a execução para 2022, pelo Plano de Obras do TRE-Ba” (documento nº 1299965).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

Assim, diante da ausência de orçamento para início das obras no Fórum de Ipirá e de já estarem sendo adotadas as providências necessárias para resolução da situação, entende-se que a contratação emergencial não seria necessária para o acompanhamento da referida reforma.

Registre-se, ainda, que a COMANP justifica a prorrogação do contrato para realização de atividades não previstas na justificativa para contratar emergencialmente:

"(...) salientamos ainda que, conforme noticiado no SEI nº [0015907-92.2021.6.05.8000](#), a SEMAP dispõe atualmente de apenas *01 (hum)* servidor do *Quadro* com formação técnica (*eletrotécnica e redes*), e que os serviços oferecidos pela Seção foram se aperfeiçoando cada vez mais ao longo dos anos, prestando atualmente a assistência que as unidades do Interior reclamam, atualmente, de forma mais atuante, com maior rigor e acompanhamento técnicos. É importante destacar que constitui meta da atual Administração a melhoria das instalações do *primeiro grau*, motivo pelo qual se encontra em curso uma *série* de intervenções em diversas unidades do Interior com vistas a essa melhoria contínua (vide SEI nº [0009901-69.2021.6.05.8000](#)), intervenções essas que, para seu cumprimento, se faz necessário continuar contando com o suporte técnico do Contrato nº 26/2021, recentemente aditivado também para atendimento às demandas da SEMAP, sendo necessária sua manutenção até a conclusão do objeto do SEI nº [0009852-28.2021.6.05.8000](#)." (documento nº 1761224)

Observa-se, ainda, que a dita situação emergencial decorreu da manifestação de desinteresse da empresa ASCON de prorrogar a contratação, em razão da não conclusão da repactuação. Registre-se que o processo de repactuação encontra-se em tramitação desde março de 2020 e que a antiga contratada, em 28/01/2021, informou que só teria interesse em prorrogar a contratação se concluídas as repactuações relativas (documento nº 1368831) à 2020 (documento nº 0008359) e à 2021 (documento nº 1366677)

Critério

[Art. 24, IV, da Lei n.º 8.666/1993](#); [Acórdão nº 1122/2017 - Plenário](#); [Acórdão nº 1.424/2007 Primeira Câmara](#); [ACÓRDÃO 1842/2017 - PLENÁRIO](#).

Evidência

SEI nº 0009971-86.2021.6.05.8000.

Proposta de encaminhamento

Recomendar à SOF que, em parceria com a SGA, no prazo de 90 dias, revisem o fluxo do processo de repactuação dos contratos administrativos.

Recomendar à SGP que, em parceria com a SGA e com a SOF, no prazo de 60 dias, elabore Plano Anual de Capacitação na área de Contratações, contendo ações de capacitação para as funções-chaves do processo de contratação, nos termos do art. 13 da Res. CNJ nº 347/2020.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

7.3 - ACHADOS AUDITORIA DE CONFORMIDADE - FOLHA DE PAGAMENTO¹⁰

7.3.1 Inconsistência no cálculo e/ou ausência da retenção previdenciária dos servidores requisitados vinculados ao regime geral de previdência social (RGPS), incidentes sobre os valores pagos pelo Tribunal.

1. Constatou-se a ausência de retenção do valor relativo à contribuição previdenciária do INSS para os seguintes servidores requisitados, vinculados ao RGPS, que receberam valores no exercício de 2021, consoante delineado na sequência:

Allane Pereira de Queiroz Silva: Janeiro/2021;
Edina Santos de Carvalho: Janeiro/2021;
Eliandro dos Santos Guedes: Janeiro/2021;
Elsion Lopes Brandão: Janeiro e Agosto/2021;
Jéssica dos Santos Borges: Setembro/2021;
Luciana Carvalho de Souza: Janeiro/2021;
Manoel Dias dos Santos: Janeiro e Maio/2021;
Nilton Cruz Bernardes: Janeiro/2021;
Péricles Raimundo Teixeira Costa: Setembro/2021;
Ricardo Moraes Andrade: Setembro/2021;
Rosilene Costa Silva: Janeiro/2021;
Silvânio Campos dos Santos: Janeiro/2021;
Uesley Marques Sales: Setembro/2021; e
Wendel Cardoso Santana: Janeiro/2021;

2. Foi identificado cálculo inconsistente da retenção do INSS e/ou de juros e multa devidos para os seguintes servidores:

Ana Jaciara Souza dos Santos (Fevereiro/2021);
Jéssica dos santos Borges (Janeiro, Fevereiro e Setembro/2021);
Leonardo dos Santos Macedo (Fevereiro/2021);
Manoel Dias dos Santos (Julho/2021);
Nilson Pereira do Nascimento (Janeiro, Fevereiro, Abril, Maio e Junho/2021); e
Verônica Rodrigues de Moraes (Abril e Maio/2021);

3. Verificou-se, ainda, desatualização do valor base para desconto do INSS e do valor da previdência retida no órgão de origem.

4. Observou-se registro no cadastro do servidor - aba "Funcional I" do módulo da folha de pagamento do SGRH, da informação relativa à remuneração do servidor no órgão de origem, ao invés do valor correspondente à base de cálculo para desconto do INSS, no mês de janeiro/2021, para os seguintes servidores requisitados:

Alzenei Alves Reis;
Fábio Augusto Martins Pereira;
Nelson Machado da Silva;

¹⁰ Link da Matriz Completa de Achados contendo achado, situação encontrada, critérios, evidências, esclarecimentos dos responsáveis, comentários dos gestores, análise da equipe de auditoria e proposta de encaminhamento no apêndice item 7.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

[REDACTED]

5. Constatou-se ausência de registro ou registro de informação inconsistente, relativa ao valor da base de cálculo para desconto do INSS e ao valor da previdência retida no órgão de origem dos seguintes servidores requisitados vinculados ao RGPS selecionados na amostra, no cadastro do servidor - aba "Funcional I", do módulo da folha de pagamento do SGRH:

[REDACTED]

Critério

Art. 28 da [Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#); e [Portaria SEPRT/ME nº 477, de 12 de janeiro de 2021](#).

Evidência

Docs. nº 1772941 e 1772993 do SEI nº 0016982-69.2021.6.05.8000, fichas financeiras do exercício de 2021 e cópia da tela de cadastro das informações relativas a valor base para desconto de INSS e retenção de previdência efetuada no órgão de origem dos servidores requisitados, vinculados ao RGPS, selecionados na amostra, extraídos do módulo de pagamento do SGRH.

Proposta de encaminhamento

Recomendar à SGP que, no prazo de 30 dias, atualize o valor da base de cálculo para desconto do INSS e o valor da previdência retida no órgão de origem dos servidores requisitados vinculados ao RGPS.

Recomendar à SGP que, no prazo de 60 dias, apresente um plano de ação para revisão dos valores retidos a título de INSS dos servidores vinculados ao RGPS nos últimos cinco anos, implementando as ações identificadas dentro dos prazos estabelecidos.

Recomendar à SGP que, no prazo de 60 dias, aprimore suas rotinas e procedimentos para manutenção de informações atualizadas para cálculo da retenção previdenciária dos servidores requisitados vinculados ao RGPS, contemplando: atualização da remuneração e do valor da previdência retida dos servidores requisitados sempre que sofrerem alteração no órgão de origem; conferência das informações encaminhadas pelos órgãos de origem; e diligência para saneamento das inconsistências identificadas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

7.3.2 Incidência de percentual de retenção previdenciária diverso do estabelecido na legislação aplicável a servidores requisitados vinculados ao regime próprio de previdência (RPPS) do Estado da Bahia constantes das folhas de pagamento de janeiro a setembro de 2021.

Cálculo da retenção da contribuição previdenciária dos servidores requisitados vinculados ao RPPS do Estado da Bahia, constantes das folhas de pagamento dos meses de janeiro a setembro de 2021, mediante aplicação do percentual de 12% da remuneração percebida neste Tribunal, em detrimento do percentual de 14% ou 15%, estabelecidos pela Leis estaduais nº 14.031, de 12 de dezembro de 2018, e 14.250, de 18 de fevereiro de 2020, respectivamente.

Critério

Arts. 65, 66, 67, 68, 70 e 71 da [Lei Estadual nº 11.357, de 6 de janeiro de 2009](#), na redação dada pelas Leis Estaduais nº [14.031/2018](#) e [14.250/2020](#).

Evidência

Fichas financeiras e relatórios de obrigação patronal da folha de pagamento dos meses de janeiro a setembro de 2021, extraídos do módulo de pagamento do SGRH, relativos a servidores requisitados vinculados ao regime próprio de previdência do Estado da Bahia.

Proposta de encaminhamento

Recomendar à SGP que, no prazo de 30 dias, revise o percentual adotado para cálculo da retenção tributária dos servidores vinculados ao RPPS do Estado da Bahia com base Lei Estadual nº 11.357/2009, na redação dada pelas Leis Estaduais nº 14.031/2018 e 14.250/2020.

Recomendar à SGP que, no prazo de 180 dias, efetue os ajustes da retenção tributária dos servidores vinculados ao RPPS do Estado da Bahia, realizada nas folhas de pagamento dos exercícios de 2018 e seguintes, conforme a vigência das Leis Estaduais nº 14.031/2018 e 14.250/2020.

Recomendar à SGP que, no prazo de 30 dias, efetue revisão dos critérios de cálculo adotados quando do pagamento de valores a servidores requisitados vinculados aos diversos regimes próprios de previdência social.

Recomendar à SGP que, no prazo de 180 dias, efetue os ajustes eventualmente necessários nos valores retidos a título de previdência dos servidores requisitados vinculados aos diversos regimes próprios de previdência social, observada a prescrição quinquenal.

Recomendar à SGP que, no prazo de 90 dias, estabeleça rotinas e procedimentos de trabalhos que visem assegurar o acompanhamento da legislação afeta aos diversos regimes próprios de previdência social a que estão vinculados os servidores requisitados pelo Tribunal.

8. MONITORAMENTO DE RECOMENDAÇÕES ANTERIORES

O monitoramento tem por objetivo verificar o atual estágio de cumprimento das proposições relativas aos demonstrativos contábeis do TRE-BA constantes do Relatório da Auditoria Financeira Integrada com Conformidade - Exercício 2020, devidamente homologadas pela Presidência deste Regional (SEI nº 0011947-31.2021.6.05.8000, Doc. nº 1656383).

As recomendações referentes à Auditoria Financeira foram monitoradas pela Seção de Auditoria de Governança e Gestão Organizacional (SEAGO) por meio do processo SEI nº



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

0001211-17.2022.6.05.8000, cujo relatório encontra-se disponível no link: https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/auditoria-interna/arquivos/tre-ba-relatorio-monitoramento-auditoria-financeira-2020-paa2022-pdf/rybena_pdf?file=https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/auditoria-interna/arquivos/tre-ba-relatorio-monitoramento-auditoria-financeira-2020-paa2022-pdf/at_download/file.

O monitoramento da Auditoria de Conformidade Compras e Contratações foi realizado pela Seção de Auditoria de Licitações e Contratos (SEALIC) no SEI nº 0002305-97.2022.6.05.8000 e o relatório está acessível no link: https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/auditoria-interna/arquivos/tre-ba-relatorio-monitoramento-da-auditoria-financeira-com-conformidade-2020-pdf/rybena_pdf?file=https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/auditoria-interna/arquivos/tre-ba-relatorio-monitoramento-da-auditoria-financeira-com-conformidade-2020-pdf/at_download/file.

Já o monitoramento da Auditoria de Conformidade Folha de Pagamento está em fase de elaboração do relatório final pela Seção de Auditoria de Pessoal (SEAPE), nos autos do SEI nº 0001861-64.2022.6.05.8000, já constando na tabela abaixo as conclusões sobre o estágio de implementação das recomendações.

GRAU DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES - MONITORAMENTO DA AUDITORIA FINANCEIRA INTEGRADA COM CONFORMIDADE - 2020 - AUDITORIA FINANCEIRA (SEI nº 0001211-17.2022.6.05.8000)		
SITUAÇÃO	QUANTITATIVO	PROPOSIÇÕES
IMPLEMENTADA	3	8.1.3 - Recomendar à SOF que, no prazo de 120 dias, elabore estudos e apresente proposta à DG, de forma que o registro das despesas do TRE-BA observe a regra de competência do exercício, cumprindo a proposta apresentada nos prazos assinalados; 8.1.9 - Recomendar à SGPRES que, no prazo de 30 dias, ouvindo as áreas técnicas envolvidas (SOF, SGA e STI), adote providências no sentido de se definir a unidade que efetuará, a partir da decisão, o lançamento da amortização dos bens classificados como intangíveis; 8.1.10 - Recomendar à SOF que, em 60 dias, aprimore seus controles internos instituídos de forma a evitar lançamentos contábeis em contas incorretas ou inversão de contas.
EM IMPLEMENTAÇÃO	10	8.1.1 - Recomendar à SGA que comprove, em 120 dias, que os bens imóveis pertencentes ao



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

	<p>TRE-BA se encontram devidamente cadastrados no SPIUnet; 8.1.2 - Recomendar à SGA que providencie, no prazo de 120 dias, a reavaliação dos bens imóveis pertencentes ao TRE-BA; 8.1.4 - Recomendar à SGA que, em 90 dias, verifique a adequação dos valores dos bens móveis registrados no ASIWEB e realize, em 30 dias, a devida compatibilização com o SIAFI; 8.1.5 - Recomendar à SGA que, no prazo de 60 dias, realize o lançamento da depreciação dos bens classificados como armamentos, conta contábil 1.2.3.1.1.09.00; 8.1.6 - Recomendar à SGA que, em parceria com a SOF, no prazo de 60 dias, realize a adequação dos registros de depreciação acumulada no SIAFI às normas contábeis correlatas de forma a não contabilizar a depreciação de bens não localizados; 8.1.7 - Recomendar à SGA que, no prazo de 90 dias, realize avaliação dos últimos 120 meses para verificar se os bens baixados estão sendo depreciados. Caso a unidade identifique que bens baixados estão sendo depreciados, atualize, em 60 dias, a situação dos referidos bens de forma a não contabilizar sua depreciação; 8.1.8 - Recomendar à SGA que, no prazo de 60 dias, realize a correção dos dados inseridos no sistema ASIWEB, descritos na situação encontrada, a fim de viabilizar a mensuração da vida útil correta dos bens registrados; 8.1.8 - Recomendar à SGA que, no prazo de 60 dias, realize a adequação, no sistema ASIWEB, da vida útil remanescente dos seguintes veículos: plaqueta 00024387 - Veículo de Passeio; plaqueta 00350937 - Veículo de Passeio e plaqueta 00851678 - Caminhão com carroceria; 8.1.9 - Recomendar à unidade indicada como responsável pelo lançamento da amortização dos ativos intangíveis que, no prazo de 30 dias, efetue o respectivo lançamento contábil; e 8.1.11 - Recomendar à DG, em parceria com a SOF e a SGA, que apresente, no prazo de 90 dias, plano de ação com medidas que busquem conter, nos próximos exercícios, o aumento do estoque de restos a pagar, em especial restos a pagar não processados, implementando as</p>
--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

		medidas indicadas nos prazos sinalizados.
NÃO IMPLEMENTADA	1	8.1.4 - Recomendar à SGP que, no prazo de 60 dias, consultando as necessidades da SGA acerca da operacionalização do sistema ASIWEB, providencie capacitação para os servidores da unidade de forma a minimizar o <i>gap</i> de competências.
PERDA DO OBJETO	1	8.1.12 - Recomendar à SOF que, no prazo de 90 dias, adote medidas para assegurar o atendimento ao quanto previsto no art. 2º, §4º da Portaria da Presidência TRE/BA nº 417/2020, de modo a evitar a inscrição de materiais de consumo como restos a pagar.

Fonte: evidências coletadas no Monitoramento da Auditoria Financeira Integrada com conformidade 2020 (PAA 2022).

**GRAU DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES - MONITORAMENTO DA
AUDITORIA FINANCEIRA INTEGRADA COM CONFORMIDADE - 2020 -
CONFORMIDADE COMPRAS E CONTRATAÇÕES (SEI nº 0002305-97.2022.6.05.8000)**

SITUAÇÃO	QUANTITATIVO	PROPOSIÇÕES
IMPLEMENTADA	7	13.1.16 - Recomendar à SGA que, no prazo de 60 dias, realize estudos para evidenciar o custo-benefício de manutenção do contrato firmado, sem prejuízo à continuidade do serviço, observando aspectos como eventual pagamento de multas e despesas com nova contratação, e, sucessivamente, submeta o resultado à apreciação da Presidência para a adoção da alternativa mais vantajosa para a Administração (Ref. item 8.2.1); 13.1.18 - Recomendar à ASSESD que, no prazo de 30 dias, designe formalmente os servidores indicados pela SOF para atuarem como gestores da conta depósito vinculada do Contrato nº 122/2018, conforme determina o art. 6º da Portaria DG nº 04/2016 (ref. item 8.2.2); 13.1.22 - Recomendar à SGA que, no prazo de 10 dias, solicite à TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A (Contrato nº 98/2018) a imediata apresentação da garantia contratual e, na hipótese de não apresentação, que promova a retenção do valor, com a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

		<p>respectiva abertura de procedimento para apuração de responsabilidade contratual (ref. item 8.2.4); 13.1.23 - Recomendar à SGP que, em parceria com a SGA, no prazo de 60 dias, inclua, formalmente, no Plano Anual de Capacitação, ações de capacitação para as funções-chaves de contratações, incluindo servidores responsáveis pela elaboração dos termos de referências nas unidades demandantes (ref. item 8.2.5); 13.1.26 - AMAVE que, até setembro de 2021, apresente estudos técnicos preliminares relativos à contratação do serviço de gestão informatizada de frota de veículos do TRE/BA, conforme previsto no Plano Anual de Contratações - 2021 (ref. item 8.2.7); 13.1.27 - Recomendar à SGA que, no prazo de 30 dias, a contar da conclusão dos trabalhos da comissão instituída pela Portaria nº 298, de 11 de junho de 2021, atualize as orientações e modelos de termos de referência e de minutas de edital em relação à necessidade de justificar a eventual exclusão de empresas organizadas em consórcio e a exigência de Certificado de Marca de Conformidade à norma ABNT NBR, por meio dos estudos técnicos preliminares (ref. item 8.2.8); e 13.1.28 - Recomendar à ASSESD que, no prazo de 30 dias, expeça orientação à SGA no sentido que, na hipótese de necessidade de novos serviços, priorize a realização de novo procedimento licitatório, fundamentado em estudos técnicos preliminares, abstendo-se de firmar aditivos com alteração contratual qualitativa, quando não necessária e imprescindível à realização do objeto do contrato originário (ref. item 8.2.9).</p>
EM IMPLEMENTAÇÃO	4	<p>13.1.20 - Recomendar à ASSESD que, no prazo de 90 dias, revise a Portaria DG nº 04/2016 para adequar os procedimentos atinentes à conta depósito vinculada, no âmbito do TRE-BA, às alterações introduzidas na Resolução CNJ nº 169/2013 pelos normativos posteriores à edição da norma interna, a exemplo da definição quanto à dedicação exclusiva de mão-de-obra (ref. item</p>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

		8.2.2); 13.1.24 - Recomendar à SGA que, no prazo de 60 dias, regularize a publicação no sítio oficial do Tribunal dos contratos elencados na situação encontrada, bem como de suas respectivas alterações (ref. item 8.2.6); e 13.1.25 - Recomendar à SGA que, no prazo de 60 dias, aprimore os mecanismos de controle para garantir a tempestiva publicação de todos os contratos celebrados pelo Órgão e respectivas alterações (ref. item 8.2.6).
NÃO IMPLEMENTADA	2	13.1.17 - Recomendar à ASSESD que, na hipótese de manutenção do contrato vigente, prorrogue-o apenas pelo tempo necessário para finalização de nova contratação, a fim de evitar a descontinuidade do serviço, e observe os procedimentos descritos na Portaria DG TRE-BA nº 97/2019 e no Acórdão 1.097/2019 - Plenário/TCU, itens 9.2.2.1 e 9.2.2.2, para a realização de nova licitação (ref. item 8.2.1) e 13.1.21 - Recomendar à SGP que, em parceria com a SGA, no prazo de 60 dias, a contar da conclusão dos trabalhos da comissão instituída pela Portaria nº 298, de 11 de junho de 2021, mantenha disponível, permanentemente, treinamento acerca de fiscalização de contratos, nos termos do art. 13 da Portaria DG nº 192/2015 (ref. item 8.2.3)..
INSUBSISTENTE	1	13.1.19 - Recomendar à ASSESD que, no prazo de 30 dias, promova consulta ao CNJ acerca da possibilidade de excepcional dispensa de abertura de conta vinculada em contratos de curta duração ou para postos temporários e, enquanto não autorizado pelo referido órgão de controle, expeça orientação acerca da obrigatoriedade de constar nos termos de referência, editais e contratos as rubricas e percentuais da conta-depósito vinculada para as contratações de prestação de serviço com dedicação de mão de obra exclusiva, ainda que em contratações de curta duração.(ref. item 8.2.2).

Fonte: evidências coletadas no Monitoramento da Auditoria Financeira Integrada com conformidade 2020 - Compras e Contratações (PAA 2022).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

**GRAU DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES - MONITORAMENTO DA
AUDITORIA FINANCEIRA INTEGRADA COM CONFORMIDADE - 2020 - FOLHA DE
PAGAMENTO (SEI nº 0001861-64.2022.6.05.8000)**

SITUAÇÃO	QUANTITATIVO	PROPOSIÇÕES
IMPLEMENTADA	4	<p>13.1.38 - Recomendar à SGPRE que, no prazo de 30 dias, adote providências para determinação da publicação das portarias de nomeação para exercício de cargo comissionado e de designação para exercício de função comissionada no Diário Oficial da União (ref. item 8.3.6); 13.1.39 - Recomendar à SGPRE que, em 30 dias, adote as providências necessárias para alteração da Resolução Administrativa nº 4/2021, estabelecendo a Unidade do Tribunal competente para acompanhamento e controle do pagamento da gratificação devida aos Promotores Eleitorais (ref. item 8.3.7); 13.1.43 - Recomendar à SGP que, no prazo de 90 dias, verifique, nos registros de pessoal e fichas financeiras em suporte papel dos servidores, a consignação de existência de processo administrativo ou judicial que tenha concedido o percentual de 32% de GATS a Silvio Avelino Pires Brito; o cálculo da GATS sobre o valor da rubrica de Vencimento e GAJ a José de Lima, Silvio Avelino Pires Brito e Luiz Ribeiro de Freitas, bem como a existência de outros servidores com o mesmo benefício, procedendo à regularização da situação nos registros funcionais, na folha de pagamento e perante a Corte Externa de Contas (ref. item 8.3.9); e 13.1.44 - Recomendar à SGP que, no prazo de 60 dias, adote as providências necessárias à regularização da situação do servidor Adno Bruno Amorim Ferreira, procedendo ao desconto dos valores indevidamente recebidos, a título de função comissionada e auxílio-alimentação (ref. item 8.3.10).</p>
EM IMPLEMENTAÇÃO	12	<p>13.1.29 - Recomendar à SGP que, no prazo de 30 dias, efetue os devidos ajustes em folha de pagamento dos benefícios de pensão civil percebidos por Mary de Barros Tavares,</p>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

		<p>Benedito Jorge Barbosa da Silva, Carlos Vieira de Sá e Creuza Bonfim Gonçalves (ref. item 8.3.1); 13.1.30 - Recomendar à SGP que, no prazo de 60 dias, revise os índices utilizados para a atualização de todos os benefícios de pensão civil com reajuste calculado com base no índice de correção dos salários-de-benefícios do RGPS nos últimos cinco anos, efetuando os devidos ajustes (ref. 8.3.1); 13.1.31 - Recomendar à SGP que, no prazo de 90 dias, aprimore as rotinas de trabalho e controles internos adotados nos processos de inclusão, reajuste e exclusão de proventos de aposentadoria e benefícios de pensão civil em folha de pagamento, em consonância com os fundamentos legais das concessões realizadas e eventuais alterações futuras (ref. itens 8.3.1 e 8.3.3); 13.1.32 - Recomendar à SGP que, no prazo de 30 dias, proceda aos acertos financeiros relativos ao pagamento da vantagem estabelecida no art. 192 da Lei nº 8.112/1990 nos períodos anteriores a janeiro/2021, com observância do prazo prescricional (ref. item 8.3.2); 13.1.33 - Recomendar à SGP que, no prazo de 90 dias, aprimore os controles internos adotados para reajuste da vantagem estabelecida no art. 192 da Lei nº 8.112/1990 (ref. item 8.3.2); 13.1.34 - Recomendar à SGP que, no prazo de 30 dias, efetue a revisão das rubricas e acertos financeiros pertinentes das servidoras Anazi de Alencar Libório, Eufrosina Tavares Lantyer e Hermelinda Maria Santos da Silva (ref. item 8.3.3); 13.1.35 - Recomendar à SGP que, no prazo de 60 dias, identifique os servidores aposentados que percebem proventos de aposentadoria em rubrica correspondente a ato de concessão não apreciado pelo TCU e efetue a atualização da informação no Módulo de Aposentadoria do SGRH para aqueles cujos atos já foram julgados, comunicando à SEPAGE, para substituição das rubricas de pagamento dos seus proventos, a fim de que a despesa de pessoal verificada possa ser atribuída à conta contábil pertinente (ref. item 8.3.3); 13.1.36 - Recomendar à SGP que, no prazo de 30 dias, efetue a revisão do valor do</p>
--	--	---



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

		<p>benefício de pensão civil pago a Ivandy Rabello Cortes, procedendo aos devidos ajustes, com observância do prazo prescricional (ref. item 8.3.4); 13.1.37 - Recomendar à SGP que, no prazo de 30 dias, efetue os cálculos e proceda ao desconto dos valores devidos a título de contribuição previdenciária por Jacira Muricy Guimarães nos meses de janeiro e fevereiro de 2020, bem como verifique a regularidade da restituição de desconto previdenciário lançado na folha de junho/2021 da pensionista, procedendo aos ajustes devidos (ref. item 8.3.5); 13.1.42 - Recomendar à SGP que, no prazo de 90 dias, efetue a revisão do normativo interno relativo à concessão de férias, adequando as regras previstas nos arts. 21 e 22 da Resolução Administrativa TRE-BA nº 9/2013 ao quanto prescrito no art. 76 da Lei nº 8.112/1990 (ref. item 8.3.8); 13.1.45 - Recomendar à SGP que, no prazo de 30 dias, adote as providências necessárias à regularização do desconto das ausências e atrasos injustificados de Nizaldo Pereira da Costa, no período de 1º/1 a 30/9/2020, no total de 5 dias (ref. item 8.3.11); e 13.1.46 - Recomendar à SGP que, no prazo de 60 dias, elabore e apresente, à Presidência, plano de ação para identificar aposentados e pensionistas com proventos e benefícios concedidos ou alterados a partir de 1º/1/1998, ainda que com efeitos retroativos, com base em fundamentos, direitos e vantagens divergentes dos informados ao TCU, e regularizar a situação perante a Corte Externa de Contas, executando integralmente o quanto proposto, nos prazos estabelecidos (ref. item 8.3.12).</p>
NÃO IMPLEMENTADA	2	<p>13.1.40 - Recomendar à Unidade responsável pelo acompanhamento e controle do pagamento da gratificação devida aos Promotores Eleitorais que, no prazo de 30 dias, efetue o desconto da gratificação paga aos Promotores identificados na situação encontrada, em dias de afastamento no exercício de 2020 (ref. item 8.3.7); e 13.1.41 - Recomendar à Unidade responsável pelo</p>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

		acompanhamento e controle do pagamento da gratificação devida aos Promotores Eleitorais que, no prazo de 30 dias, apresente plano de ação para desconto da gratificação paga aos Promotores em dias de afastamento, observada a prescrição quinquenal (ref. item 8.3.7).
--	--	--

Fonte: evidências coletadas no Monitoramento da Auditoria Financeira Integrada com conformidade 2020 - Folha de Pagamento (PAA 2022).

9. CONCLUSÃO

A equipe de auditoria da COAUD realizou auditoria financeira integrada com conformidade nos demonstrativos contábeis do TRE-BA e nas transações e atos de gestão relevantes a eles subjacentes. As contas auditadas compreenderam os balanços patrimonial, orçamentário e as demonstrações das variações patrimoniais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O objetivo da auditoria é obter segurança razoável para expressar conclusões sobre se as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária do TRE-BA em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas ao setor público; e sobre se as operações, transações ou os atos de gestão relevantes dos responsáveis estão em conformidade, em todos os aspectos relevantes, com as leis e os regulamentos aplicáveis e os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta de agentes públicos.

Esclarece-se que segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia absoluta de que a auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre irá detectar uma distorção ou um desvio de conformidade relevante quando existir. As distorções nas demonstrações contábeis e os desvios de conformidade podem ser decorrentes de fraude ou erro e são considerados relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões tomadas com base nas contas auditadas.

Embora o presente trabalho não tenha o intuito de emitir opinião acerca da eficácia dos controles internos instituídos, vale salientar que, no que se refere à gestão patrimonial, evidenciaram-se falhas nos controles da gestão dos bens imóveis pertencentes ao TRE-BA, os quais deveriam ter sido reavaliados e cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) que está integrado ao SIAFI.

Oportuno registrar os esforços empreendidos pela Administração para regularização da documentação dos bens imóveis do Tribunal, buscando solucionar o problema da falta de registro no SPIUnet, que impacta o resultado do exercício apurado no Demonstrativo das Variações



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

Patrimoniais e o Balanço Patrimonial do Órgão, devido à ausência de contabilização da depreciação, conforme relatado na Seção 14 "*Outros Assuntos*".

Com relação ao processo de compras e contratações, observou-se empenho da unidade responsável pela gestão do processo para atualizar os manuais e modelos de documentos, mas foram identificadas impropriedades e lacunas nos controles internos instituídos, na fase de planejamento das contratações, inclusive relacionados a riscos de integridade.

Convém salientar que o Tribunal passa por um processo de construção de cultura organizacional voltada para gestão de riscos, dificultado pelo sucessivo incremento de demandas e alterações estruturais.

Quanto ao processo de elaboração da folha de pagamento do Tribunal, registre-se o empenho da unidade auditada para elisão de achados de auditoria no curso dos trabalhos realizados e para aprimoramento de seus processos de trabalho, a fim de sanear as fragilidades identificadas.

Assinale-se, ainda, que não restaram identificados achados de auditoria nos processos de exclusão de pagamento de aposentadorias e pensões a servidores e beneficiários falecidos, respectivamente, bem como de pagamento de pensão civil a pessoa inelegível.

Por outro lado, a existência de várias rotinas manuais para inserção e/ou conferência de informações na folha de pagamento, as seguidas movimentações de entrada e saída de servidores nas unidades operacionais da SGP, ocorridas em face das reestruturações administrativas de 2018, 2019 e 2020, e a ausência de manualização dos procedimentos de trabalho configuram-se nos maiores riscos à conformidade do processo analisado, identificados no curso dos trabalhos, tendo em vista que a eficácia dos controles internos não informatizados dependem da esfera de conhecimento das pessoas que os utilizam, especialmente na ausência de manualização e padronização dos processos de trabalho.

Assim, salienta-se a necessidade de maior atenção da gestão na implementação das oportunidades de melhoria dos controles internos instituídos, notadamente os relacionados aos sistemas informatizados, capacitação de pessoal e à manualização dos procedimentos de trabalho.

Por fim, espera-se que a apresentação do presente relatório auxilie as unidades do TRE-BA no aperfeiçoamento da gestão dos processos de trabalho auditados e instituição ou aprimoramento dos controles adotados, a fim de gerenciar e mitigar os riscos relacionados ao processo de conformidade dos atos de gestão financeira e orçamentária do Órgão e dos respectivos registros contábeis, bem como das transações subjacentes a estes registros, maximizando seu desempenho para a concretização da missão e o alcance da visão de futuro organizacionais.

10. OPINIÃO COM RESSALVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em nossa opinião, exceto pelos assuntos descritos na seção "Base para Opinião com Ressalvas sobre as Demonstrações Contábeis", as demonstrações contábeis do TRE-BA no exercício de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

2021 apresentam adequadamente, em todos os aspectos analisados, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas ao setor público.

11. BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A materialidade global da auditoria, com base nas despesas liquidadas acrescidas de restos a pagar não processados pagos em 31/12/2021, foi de R\$ 8.029.173,20. Esta materialidade é o parâmetro quantitativo para formação de opinião dos auditores. A equipe de auditoria identificou um montante projetado de distorções no valor de R\$ 46.984.784,14 (quarenta e seis milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, setecentos e oitenta e quatro reais e quatorze centavos). Contudo, os efeitos destas distorções, embora relevantes, não foram generalizados nas demonstrações financeiras do Órgão. As distorções detectadas na primeira etapa do trabalho (julho a novembro de 2021) foram comunicadas à administração do Tribunal em 6/12/2021 (Relatório de Comunicação das Distorções) de forma a lhes permitir efetuar os ajustes necessários e mitigar o risco de que as demonstrações contábeis fossem encerradas com distorções relevantes. Entretanto, restaram evidenciadas, após esclarecimento dos responsáveis, as situações a seguir elencadas, que com base nas evidências de auditoria obtidas, são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião com ressalva:

1. Defasagem estimada de aproximadamente R\$ 33.000.000,00 no saldo da conta de Bens Imóveis, em razão da ausência de reavaliação dos imóveis do TRE-BA, considerando como parâmetro a reavaliação do Edifício-Sede, ocorrida em agosto de 2008, na qual o seu valor passou de R\$ 10.086.192,75 para R\$ 13.665.806,04 (aumento aproximado de 35%) e que os imóveis do Tribunal, registrados no SIAFI (consulta realizada em 27/10/2021), totalizam o montante de R\$ 95.909.222,32, com consequente impacto no Resultado Patrimonial do Período, apurado no Demonstrativo das Variações Patrimoniais - DVP e por conseguinte no Balanço Patrimonial;
2. Distorção estimada R\$ 2.923.028,50 na conta de depreciação de bens imóveis, não se levando em consideração o valor residual dos respectivos bens, tendo em vista ausência de contabilização de depreciação de imóveis do TRE-BA nos últimos 5 anos por não estarem registrados no SPIUnet, impactando o Demonstrativo das Variações Patrimoniais - DVP, o saldo da conta Bens Imóveis, o resultado do exercício, e por conseguinte o Balanço Patrimonial;
3. Divergência na conta de bens Imóveis do Órgão que totalizam o valor de R\$ 864.089,97, devido ao registro de bens em contas contábeis incorretas. Evidenciou-se que na conta contábil 1.2.3.2.1.01.02 (Edifícios) consta em sua descrição tratar-se do terreno do Imóvel de Itabuna (R\$ 155.249,97). Com relação ao imóvel de Vitória da Conquista (R\$ 708.840,00), embora o imóvel esteja registrado como Edifício no SIAFI, o imóvel encontra-se registrado como Terreno nos registros da SPU, impactando os valores da depreciação dos bens imóveis e, conseqüentemente, o Resultado Patrimonial do Período,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

apurado no Demonstrativo das Variações Patrimoniais - DVP e o Balanço Patrimonial. Em consulta ao plano de contas do SIAFI (consulta CONCONTA), os terrenos pertencentes ao TRE-BA deveriam ter sido registrados na conta contábil 1.2.3.2.1.01.03 (Terrenos/Glebas);

4. Divergência de R\$ 2.894.452,23 entre o imóvel de Itabuna (terreno) registrado no SIAFI e os constantes no SPIUnet, impactando a confiabilidade do Balanço Patrimonial do órgão;
5. Divergência de R\$ 2.836.187,11 entre o registro da depreciação acumulada no SIAFI e o registro na Secretaria do Tesouro Nacional, acarretando a subavaliação do ativo do órgão;
6. Distorção estimada de R\$ 1.424.615,02 referente ao item intangíveis, devido à ausência de contabilização da amortização da conta 1.2.4.1.1.01.00 - Softwares com Vida Útil Definida impactando o Balanço Patrimonial, além do Resultado Patrimonial do Período, apurado no Demonstrativo das Variações Patrimoniais - DVP. O valor estimado é referente ao período de 2019 a 2021, já que a obrigatoriedade de lançamentos das amortizações iniciou-se em 2019 por força normativa da Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015. Ressalte-se que, na estimativa realizada, não se levou em consideração o valor residual dos bens;
7. Distorção no Balanço Patrimonial do Órgão devido ao registro de Bens Inservíveis no ativo imobilizado no montante de R\$ 3.042.411,31 que deveriam ter sido alienados e desconhecidos da conta de ativos.

12. OPINIÃO SEM RESSALVAS SOBRE A CONFORMIDADE DAS TRANSAÇÕES SUBJACENTES

Em nossa opinião, não obstante terem sido identificados desvios de conformidade nas transações subjacentes, estes não foram relevantes nem generalizados a ponto de ensejar a modificação de opinião. Assim, conclui-se que as transações subjacentes às demonstrações contábeis acima referidas e os atos de gestão relevantes dos responsáveis estão em conformidade, nos aspectos analisados, com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta de agentes públicos.

13. PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO

13.1 - No tocante às vulnerabilidades evidenciadas no item 7, submete-se ao exame superior, visando posterior apreciação pela Presidência desta Casa, as seguintes propostas de encaminhamento:

13.1.1 - Reiterar a Recomendação 13.1.1 do Relatório de Auditoria Financeira Integrada com Conformidade - Exercício 2020 - Recomendar à SGA que comprove, em 120 dias, que os bens imóveis pertencentes ao TRE-BA se encontram devidamente cadastrados no SPIUnet (ref. item 7.1.1);

13.1.2 - Reiterar a Recomendação 13.1.2 do Relatório de Auditoria Financeira Integrada com Conformidade - Exercício 2020 - Recomendar à SGA que providencie, no prazo de 180 dias, a reavaliação dos bens imóveis pertencentes ao TRE-BA (ref. item 7.1.2);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

13.1.3 - Recomendar à SOF e à SGA que, em 60 dias, realize a revisão dos lançamentos efetuados nas contas contábeis de Edifícios (1.2.3.2.1.01.02 e 1.2.3.2.1.02.02), procedendo aos ajustes pertinentes para a correta classificação dos bens imóveis pertencentes ao TRE-BA, solicitando, caso necessário, as devidas adequações à SPU. (ref. item 7.1.3);

13.1.4 - Recomendar à SOF e à SGA que, no prazo de 60 dias, verifique o correto valor do Imóvel de Itabuna, de forma a realizar os devidos ajustes no SIAFI ou, em estando correto o valor do SIAFI, que se adote as providências cabíveis junto à Secretaria de Patrimônio da União, de forma a corrigir o valor registrado no SPIUnet (ref. item 7.1.4);

13.1.5 - Recomendar à SOF e à SGA que, no prazo de 60 dias, verifiquem o correto valor da depreciação acumulada dos bens imóveis registrados no SPIUnet (conta contábil 1.2.3.8.1.02.00), de forma a realizar os devidos ajustes no SIAFI (ref. item 7.1.5);

13.1.6 - Recomendar à SGA que, no prazo de 60 dias, encaminhe para a SOF as informações necessárias acerca dos imóveis cedidos, em comodato e permissão de uso para que a SOF possa realizar o registro destes bens em conformidade com a macrofunção SIAFI 020344, item 6.2.4 (ref. item 7.1.6);

13.1.7 - Recomendar à SOF que, no prazo de 90 dias, realize o registro dos bens imóveis cedidos, em comodato e permissão de uso em conformidade com a macrofunção SIAFI 020344, item 6.2.4 (ref. item 7.1.6);

13.1.8 - Reiterar a Recomendação 13.1.7 do Relatório de Auditoria Financeira Integrada com Conformidade - Exercício 2020 - Recomendar à SGA que, em parceria com a SOF, no prazo de 60 dias, realize a adequação dos registros de depreciação acumulada no SIAFI às normas contábeis correlatas de forma a não contabilizar a depreciação de bens não localizados (ref. item 7.1.7);

13.1.9 - Recomendar à SGA que, no prazo de 30 dias, efetue o respectivo lançamento contábil da amortização dos ativos intangíveis do órgão (ref. item 7.1.8);

13.1.10 - Recomendar à SOF que, no prazo de 60 dias, aperfeiçoe os controles internos utilizados na apropriação de férias e 13º salário (ref. item 7.1.9);

13.1.11 - Recomendar à SOF, no prazo de 60 dias, a instituição de controles internos de forma a reconhecer o passivo anterior à emissão de empenho de despesas que já foram incorridas. (ref. item 7.1.10);

13.1.12 - Recomendar à SOF e à SGA que, no prazo de 120 dias, realize o desconhecimento do ativo imobilizado do órgão dos bens classificados como inservíveis (ref. item 7.1.11);

13.1.13 - Recomendar à SOF e à SGA que, no prazo de 90 dias, verifiquem a existência de bens não localizados de longa data, procedendo em seguida à descontinuidade do bem, realizando a baixa em contrapartida a uma VPD (ref. item 7.1.12);

13.1.14 - Recomendar ao Presidente do TRE-BA que institua Comissão Provisória de Inventário com a finalidade de realizar o inventário anual de bens do Tribunal (ref. item 7.1.13);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

13.1.15 - Recomendar à SGP que, em 60 dias, apresente plano de ação para aprimorar o processo de elaboração do PAC, viabilizando uma maior aderência entre as ações planejadas e as efetivamente realizadas, a fim de que a necessidade de elaboração de ETP para contratações de treinamento ocorra apenas em situações excepcionais (ref. item 7.2.1).

13.1.16 - Recomendar à SGA que, no prazo de 60 dias, expeça orientação às unidades demandantes no sentido de que justifiquem as previsões de quantidade estabelecidas nas demandas de contratação, por meio de documentos e memórias de cálculo baseadas, preferencialmente, no histórico de consumo e utilização provável (ref. item 7.2.2).

13.1.17 - Recomendar à SGA que, no prazo de 90 dias, adeque os modelos dos mapas de gerenciamento de riscos (documentos nº 1682778 e 1682788) à metodologia institucional de gerenciamento de riscos (ref. item 7.2.3).

13.1.18 - Recomendar à SGA/SEAQUI que, nas próximas contratações, documente a metodologia utilizada para definição do preço estimado, inclusive motivando, de forma específica, a realização de pesquisa exclusivamente por consulta direta aos fornecedores, em observância ao quanto disposto na Portaria DG nº 97/2019 (ref. item 7.2.4).

13.1.19 - Recomendar à SGP que, em parceria com a SGA, no prazo de 60 dias, elabore Plano Anual de Capacitação na área de contratações, contendo ações de capacitação para as funções-chaves do processo de contratação, nos termos do art. 13 da Res. CNJ nº 347/2020 (ref. item 7.2.5 e 7.2.9).

13.1.20 - Recomendar ao Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação que, no prazo de 60 dias, avalie a priorização de disponibilização de sistema de monitoramento da tramitação de processos de aquisição (ref. item 7.2.5).

13.1.21 - Recomendar à SGA que, no prazo de 60 dias, aprimore os controles internos relativos ao monitoramento da programação de gastos e a tramitação de processo de aquisição de bens e de serviços, a fim de subsidiar a tomada de decisões (ref. item 7.2.5).

13.1.22 - Recomendar ao grupo de trabalho instituído pela Portaria DG nº 156, de 18 de março de 2022 que, no prazo de 120 dias, a contar da publicação da referida portaria, conclua os estudos para elaboração do Guia de Contratações Sustentáveis deste Regional (ref. item 7.2.6).

13.1.23. Recomendar à Diretoria-Geral que, no prazo de 30 dias, a contar da conclusão dos estudos do grupo de trabalho instituído pela Portaria DG nº 156, de 18 de março de 2022, institua o Guia Prático de Contratações Sustentáveis do TRE-BA, com o objetivo de orientar a inclusão de critérios e práticas de sustentabilidade a serem observados na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços deste Tribunal (ref. item 7.2.6).

13.1.24 - Recomendar à SGA que, no prazo de 30 dias, promova o aperfeiçoamento dos controles de recebimento e análise das garantias contratuais (ref. item 7.2.7).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

13.1.25 - Recomendar à SGA que, no prazo de 60 dias, aperfeiçoe os modelos de *Check List* de pagamento destinados aos fiscais de contrato (ref. item 7.2.8).

13.1.26 - Recomendar à SOF que, no prazo de 60 dias, aperfeiçoe os controles internos relativos à verificação da regularidade fiscal e trabalhista das empresas contratadas e a adoção das providências prescritas no Capítulo XIII da Portaria n.º 192/2015 (ref. item 7.2.8).

13.1.27 - Recomendar à SOF que, em parceria com a SGA, no prazo de 90 dias, revisem o fluxo do processo de repactuação dos contratos administrativos (ref. item 7.2.9).

13.1.28 - Recomendar à SGP que, no prazo de 30 dias, atualize o valor da base de cálculo para desconto do INSS e o valor da previdência retida no órgão de origem dos servidores requisitados vinculados ao RGPS (ref. item 7.3.1).

13.1.29 - Recomendar à SGP que, no prazo de 60 dias, apresente um plano de ação para revisão dos valores retidos a título de INSS dos servidores vinculados ao RGPS nos últimos cinco anos, implementando as ações identificadas dentro dos prazos estabelecidos (ref. item 7.3.1).

13.1.30 - Recomendar à SGP que, no prazo de 60 dias, aprimore suas rotinas e procedimentos para manutenção de informações atualizadas para cálculo da retenção previdenciária dos servidores requisitados vinculados ao RGPS, contemplando: atualização da remuneração e do valor da previdência retida dos servidores requisitados sempre que sofrerem alteração no órgão de origem; conferência das informações encaminhadas pelos órgãos de origem; e diligência para saneamento das inconsistências identificadas (ref. item 7.3.1).

13.1.31 - Recomendar à SGP que, no prazo de 30 dias, revise o percentual adotado para cálculo da retenção tributária dos servidores vinculados ao RPPS do Estado da Bahia com base Lei Estadual n.º 11.357/2009, na redação dada pelas Leis Estaduais n.º 14.031/2018 e 14.250/2020 (ref. item 7.3.2).

13.1.32 - Recomendar à SGP que, no prazo de 180 dias, efetue os ajustes da retenção tributária dos servidores vinculados ao RPPS do Estado da Bahia, realizada nas folhas de pagamento dos exercícios de 2018 e seguintes, conforme a vigência das Leis Estaduais n.º 14.031/2018 e 14.250/2020 (ref. item 7.3.2).

13.1.33 - Recomendar à SGP que, no prazo de 30 dias, efetue revisão dos critérios de cálculo adotados quando do pagamento de valores a servidores requisitados vinculados aos diversos regimes próprios de previdência social (ref. item 7.3.2).

13.1.34 - Recomendar à SGP que, no prazo de 180 dias, efetue os ajustes eventualmente necessários nos valores retidos a título de previdência dos servidores requisitados vinculados aos diversos regimes próprios de previdência social, observada a prescrição quinquenal (ref. item 7.3.2).

13.1.35 - Recomendar à SGP que, no prazo de 90 dias, estabeleça rotinas e procedimentos de trabalhos que visem assegurar o acompanhamento da legislação afeta aos diversos regimes próprios de previdência social a que estão vinculados os servidores requisitados pelo Tribunal (ref. item 7.3.2).

14. OUTROS ASSUNTOS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

No curso da auditoria, verificou-se a atuação da Presidência e da Secretaria de Gestão Administrativa e de Serviços deste Regional, no sentido de buscar regularizar a situação do cadastro dos bens imóveis do TRE-BA, com significativo avanço no procedimento.

Nesse contexto, evidenciou-se, consultando o SEI nº 0138780-31.2020, documento nº 1273675, que foram abertos processos específicos para cada um dos imóveis pendentes de regularização, a fim de facilitar a análise e as providências junto à Secretaria de Patrimônio da União:

004935272.2019.6.05.8000	– Camaçari	004935527.2019.6.05.8000	– Barreiras
004954065.2019.6.05.8000	– Ilhéus	004976925.2019.6.05.8000	– Juazeiro
004977277.2019.6.05.8000	– Alagoinhas	004994164.2019.6.05.8000	– Itaparica
004997102.2019.6.05.8000	– Porto Seguro	004997284.2019.6.05.8000	– Tucano
004997369.2019.6.05.8000	– Valença	005013649.2019.6.05.8000	– Guanambi
005014171.2019.6.05.8000	– Jequié	005014341.2019.6.05.8000	– Ribeira do Pombal
005016417.2019.6.05.8000	– Seabra	005033911.2019.6.05.8000	– Irecê
005036169.2019.6.05.8000	– Eunápolis	005052012.2019.6.05.8000	– Brumado
005052279.2019.6.05.8000	– Cruz das Almas	005071157.2019.6.05.8000	– Jacobina
005071327.2019.6.05.8000	– Vitória da Conquista	005073925.2019.6.05.8000	– Feira de Santana,

seguindo os procedimentos descritos na Orientação Normativa nº 01/2018, que trata da matéria.

Constatou-se no SEI nº 0011535-03.2021.6.05.8000, documento nº 1670597, decisão da Presidência no sentido de remeter, de forma nominal, ao titular da jurisdição eleitoral nos municípios referentes aos Fóruns Eleitorais com irregularidades na situação cadastral, ofício solicitando que fosse providenciada a documentação faltante junto à Prefeitura e ao Cartório de Registro de Imóvel locais.

Cabe registrar, por fim, que, além da análise da conformidade das transações subjacentes aos lançamentos contábeis relativos à contribuição patronal e retenção previdenciária, incidentes sobre valores pagos a servidores requisitados, pagamento de aposentadorias e pensões a servidores e beneficiários falecidos, respectivamente, e pagamento de pensão civil a pessoa inelegível, foram consideradas, para emissão da opinião de auditoria, as conclusões obtidas na auditoria operacional e de conformidade no processo de gestão de comissionamento - função comissionada, realizada no exercício de 2021, cujo relatório encontra-se disponível em <https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/auditoria-interna/exercicio-2021>.

Salvador - BA, 24 de março de 2022.

Ricardo Nascimento Cantharino
Auditor Interno e Chefe da SEAGO

Mirela Rios Cruz de Jesus
Auditora Interna e Chefe da SEALIC

Záide Checcucci Junqueira Ayres
Auditora Interna e Chefe da SEAPE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

Catiuscia Dantas Abreu
Coordenadora da COAUD e Supervisora dos Trabalhos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

APÊNDICE

DETALHAMENTO DA METODOLOGIA EMPREGADA

1- DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE PARA O TRABALHO

A materialidade é um conceito utilizado pelo auditor para estabelecer o nível (ou os níveis) a partir do qual as distorções na informação ou as não conformidades do objeto de auditoria serão consideradas relevantes e, assim, tratadas para fins de planejar, executar e relatar a auditoria.

O conceito é utilizado em todas as fases da auditoria: na **fase de planejamento**, para determinar o que é significativo para os procedimentos preliminares de avaliação de risco e para planejar os procedimentos de auditoria; na **fase de execução**, para avaliar o efeito dos achados identificados na auditoria; e na **fase de relatório**, para formar a conclusão ou opinião de auditoria com base na relevância dos achados, individualmente ou em conjunto, bem como para fundamentar as propostas de encaminhamento do relatório. Os julgamentos sobre materialidade são realizados com base nos critérios de magnitude das distorções e dos efeitos das não conformidades (materialidade quantitativa), e da natureza e circunstâncias da sua ocorrência (materialidade qualitativa).

1.1 - Materialidade quantitativa

Conforme o Manual de Auditoria Financeira do TCU, item 226, e a ISA/NBC TA 320, ISSAI 2320, ao estabelecer a estratégia global de auditoria, o auditor deve determinar a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo (materialidade global ou materialidade no planejamento), a materialidade para execução da auditoria e estabelecer o limite para acumulação de distorções, de modo a permitir a avaliação dos riscos de distorções relevantes e a determinação da natureza, época e extensão (tamanho das amostras) dos procedimentos adicionais de auditoria. A materialidade, no aspecto quantitativo, geralmente é definida mediante a aplicação de um percentual sobre determinado valor de referência que reflete razoavelmente o nível de atividade financeira do objeto da auditoria, como o total das despesas, das receitas, do ativo, do passivo, do lucro etc.

O Tribunal de Contas Europeu (ECA, na sigla em inglês) estabelece que a materialidade para o trabalho como um todo deve se situar entre 0,5% e 2% do valor de referência. O Instituto dos Auditores Independentes Certificados dos Estados Unidos (AICPA, na sigla em inglês) considera o total das despesas (p. ex.: dotação autorizada, despesa empenhada) como o referencial provavelmente mais apropriado para as auditorias das entidades do setor público (*Audit Guide*, 2014, p. 404). Já a Federação Internacional de Contadores (IFAC, na sigla em inglês) orienta que se o lucro não é uma medida útil (como no caso das entidades sem fins lucrativos e da maioria das



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

entidades do setor público), o auditor pode considerar outras bases como: de 1% a 3% das receitas ou despesas; de 1% a 3% dos ativos; ou de 3% a 5% do patrimônio líquido.

Pesquisas internacionais recentes, realizadas no âmbito das especializações em auditoria financeira do TCU, corroboraram que o intervalo situado entre 0,5% a 2% do valor de referência é o mais utilizado pela maioria das Entidades Financeiras do Setor Público.

Além disso, ficou estabelecido no Plano de Trabalho do TSE que os percentuais da Materialidade Global (MG), da Materialidade para Execução da auditoria (ME) e do Limite para Acumulação de Distorções (LAD) seriam respectivamente 2%, 75% e 5% da Dotação Atualizada.

A escolha do valor de referência nesta auditoria recaiu no início dos trabalhos sobre a dotação atualizada do órgão tendo em vista que as dotações recebidas pelos órgãos do poder judiciário são mais representativas para o usuário da informação do que aquelas constantes do ativo total.

Por conseguinte, a materialidade global (MG), a materialidade para execução da auditoria (ME) e o limite para acumulação de distorções (LAD) foram determinados nesta auditoria considerando a relevância financeira individual da conta, classe ou ciclo de transações em relação à dotação atualizada do TRE-BA em 31/5/2021.

Níveis de Materialidade:

VR - Valor de referência	Dotação Atualizada	R\$ 401.931.439,00
MG - Materialidade Global	2% do VR	R\$ 8.038.628,78
ME - Materialidade para execução	75% da MG	R\$ 6.028.971,59
LAD - Limite para acumulação de distorções	5% da MG	R\$ 401.931,44

Fonte: Elaboração pela equipe de auditoria, com base no saldo da dotação atualizada do TRE-BA no SIAFI em 31/05/2021.

Assim, a MG - Materialidade Global de R\$8.038.628,78 foi o parâmetro quantitativo considerado quando da avaliação dos efeitos das distorções não corrigidas, individualmente ou em conjunto, para extrair as conclusões em que se fundamenta a opinião de auditoria. Não foram determinados níveis de materialidade inferiores à MG para classes específicas de transações, saldos contábeis e divulgações.

A ME – Materialidade para execução dos testes de auditoria foi estabelecida em 75% da MG. Esse percentual geralmente varia entre 50% e 75%. Onde o risco é maior, em um nível mais próximo dos 50% do que dos 75% da materialidade global, e ao contrário, onde o risco é menor. Por conseguinte, o valor de R\$6.028.971,59 foi o utilizado para determinar a relevância financeira individual das contas (contas significativas) e como parâmetro para determinar se os saldos dessas contas estavam relevantemente distorcidos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

O LAD representa o valor abaixo do qual as distorções de valor serão consideradas claramente triviais e, portanto, não serão acumuladas durante a auditoria, desde que, quando julgadas pelos critérios qualitativos de natureza ou circunstâncias, não sejam consideradas claramente triviais. Esse limite foi estabelecido em 5% da MG, resultando no valor de R\$401.931,44. Esse percentual pode variar entre 3% e 5% da materialidade global, a depender da avaliação de riscos.

1.2 - Materialidade qualitativa

A natureza e as circunstâncias relacionadas a algumas distorções podem levar a equipe de auditoria a avaliá-las como relevantes ainda que estejam abaixo dos limites quantitativos de materialidade definidos para o trabalho. A perspectiva qualitativa da materialidade considera a:

- relevância pela natureza – qualquer suspeita de má gestão grave, fraude, ilegalidade ou irregularidade, distorção intencional ou manipulação de resultados ou informações;
- relevância pelas circunstâncias – devido ao contexto em que ocorrem, podem mudar a impressão dos usuários previstos e ter um efeito significativo nas suas decisões.

Não foram selecionadas contas contábeis com base na materialidade qualitativa nesta auditoria.

1.3 - Revisão dos níveis de materialidade

Antes de avaliar o efeito das distorções não corrigidas, a equipe de auditoria reavaliou os níveis de materialidade estabelecidos no planejamento para confirmar se continuavam apropriados. A próxima tabela apresenta os níveis de materialidade revisados com seus respectivos valores, tendo como valor de referência as despesas liquidadas acrescidas dos Restos a Pagar não processados do TRE-BA em 31/12/2021.

Níveis de Materialidade:

VR - Valor de referência	Despesas Liquidadas + Restos a Pagar não processados Pagos	R\$ 401.458.659,84
MG - Materialidade Global	2% do VR	R\$ 8.029.173,20
ME - Materialidade para execução	75% da MG	R\$ 6.021.879,90
LAD - Limite para acumulação de distorções	5% da MG	R\$ 401.458,66

Fonte: Elaboração pela equipe de auditoria, com base nas despesas liquidadas acrescidas dos restos a pagar não processados pagos do TRE-BA no SIAFI em 31/12/2021.

Assim, a MG - Materialidade Global de R\$8.029.173,20 foi o parâmetro quantitativo considerado quando da avaliação dos efeitos das distorções não corrigidas, individualmente ou em conjunto, para extrair as conclusões em que se fundamenta a opinião de auditoria. A ME – Materialidade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

para execução dos testes de auditoria no valor de R\$6.021.879,90 foi o utilizado para determinar a relevância financeira individual das contas (contas significativas) e como parâmetro para determinar se os saldos dessas contas estavam relevantemente distorcidos. Já o LAD que representa o valor abaixo do qual as distorções de valor serão consideradas claramente triviais e, portanto, não serão acumuladas durante a auditoria ficou representado pelo valor de R\$401.458,66.

2 - CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DAS CONTAS SIGNIFICATIVAS

As contas contábeis foram consideradas significativas pela:

Relevância financeira, quando:

- o seu saldo era maior ou igual ao valor da ME;
- compunham ciclos contábeis, cujos somatórios era maior ou igual ao valor da ME;
- o histórico dos saldos anteriores era maior ou igual ao valor da ME;

3 - ABORDAGEM DE AUDITORIA

O escopo do trabalho foi definido utilizando-se uma abordagem baseada em risco com a construção da matriz de riscos e controles dos processos auditados, tendo o programa de auditoria como entrega final da fase de planejamento.

Na fase de execução, foram aplicados os testes constantes do programa de auditoria, tendo sido adotada uma abordagem mista, utilizando-se tanto testes de controle quanto testes substantivos na maioria dos casos.

4 - AVALIAÇÃO E RESPOSTA AOS RISCOS DE DISTORÇÃO RELEVANTE

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, financeiras e orçamentárias, e em relação à conformidade das operações, transações ou atos de gestão relevantes dos responsáveis, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Com base nos resultados da avaliação de risco, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta aos riscos significativos de maneira a obter evidência de auditoria suficiente e apropriada para suportar as conclusões da auditoria.

Esses procedimentos de auditoria incluíram inspeção documental, confirmação de saldos e transações, recálculo, reexecução de procedimentos, procedimentos analíticos e indagações, inclusive por escrito (RDIs).

No tocante às contas e/ou ciclos contábeis não significativos, a evidência de auditoria foi obtida mediante a aplicação de procedimentos de revisão analítica.

5 - FORMAÇÃO DAS OPINIÕES E COMUNICAÇÕES À ADMINISTRAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

As distorções e as não conformidades detectadas na primeira etapa do trabalho (julho a novembro de 2021) foram comunicadas à administração do TRE-BA antes do encerramento do exercício, de forma a lhes permitir efetuar os ajustes necessários e mitigar o risco de que as demonstrações fossem encerradas com distorções relevantes.

Os efeitos das distorções relevantes comunicadas e não corrigidas pela administração até o encerramento contábil de 2021, e daquelas detectadas após essa data, foram considerados na formação das conclusões e opiniões de auditoria sobre as demonstrações contábeis e sobre a conformidade das operações, transações ou dos atos de gestão relevantes dos responsáveis.

6 - MÉTODO DE AMOSTRAGEM UTILIZADO NA AUDITORIA

A amostragem no procedimento de auditoria é a aplicação de técnicas para a seleção de parte da totalidade do universo auditado, para viabilizar a execução dos testes, permitindo ao auditor obter e avaliar a evidência de auditoria.

Assim, selecionadas as contas do balancete do Órgão que estavam acima do valor da materialidade para execução e as contas de valor abaixo da materialidade, mas que compõem os ciclos contábeis das contas materialmente significativas, foi aplicada a metodologia de amostragem por unidade monetária para seleção dos lançamentos contábeis que seriam auditados. Essa técnica leva em consideração o valor monetário da população, a distorção tolerável, a distorção esperada e o fator de confiança atribuído. Uma vez definido o tamanho da amostra e os intervalos para seleção, em cálculos efetuados em planilha Excel parametrizada para esse fim, são selecionados os lançamentos contábeis em que serão aplicados os testes de auditoria definidos no programa. Essa técnica foi aplicada em 66 contas contábeis.

Adicionalmente, quando não foi possível trabalhar com todo o universo amostral, para seleção das amostras na auditoria de conformidade no processo de contratação, foi adotada a NBR/ABNT nº 5426 que trata dos planos de amostragem e procedimentos na inspeção por atributos. Considerou-se o nível geral de inspeção "II", por ser a regra geral, conforme preceitua o item 4.7.1 da citada NBR, e foi aplicado o "Plano de Amostragem Simples - Normal" para definição do tamanho da amostra. Por fim, utilizando a ferramenta de escolha de números aleatórios do Google, foram selecionados os processos a serem analisados, conforme documentado nos papéis de trabalho. A referida técnica foi aplicada para seleção de amostra das licitações realizadas pelo TRE-BA até outubro de 2021 e dos processos de contratação de serviço vigentes em 2021.

Por fim, com relação à auditoria de conformidade na área de pessoal, para avaliação quanto ao pagamento de aposentadorias e pensões a servidores e beneficiários falecidos, respectivamente, e ao pagamento de pensão civil a pessoa inelegível, trabalhou-se com o todo o universo amostral, composto pelas informações relativas a falecimentos ocorridos em 2021 e registrados no Cadastro Eleitoral, e todos os beneficiários de pensão civil constantes das folhas de pagamento de janeiro a setembro de 2021.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

Na avaliação da conformidade das transações subjacentes aos lançamentos contábeis relativos à contribuição patronal e retenção previdenciária, incidentes sobre valores pagos a servidores requisitados, por seu turno, trabalhou-se com o universo de servidores requisitados que constaram em folha de pagamento em qualquer dos meses de janeiro a setembro de 2021. Para seleção das amostras a serem analisadas, para as questões de auditoria a serem respondidas, adotou-se metodologia definida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) nas NBRs nº 5426 e 5427, as quais fornecem instruções para aplicação e administração dos procedimentos de amostragem por atributos.

Em consonância com a sequência de operações definida nos referidos normativos, realizou-se, inicialmente, a delimitação dos tamanhos dos lotes ou universos amostrais, seguida da definição do nível de inspeção¹¹ – geral II – a ser utilizado, bem como da determinação dos códigos literais dos tamanhos das amostras e do plano de amostragem¹² correspondente – simples –, que, por sua vez, remeteu aos quantitativos de registros a serem analisados.

Para definição de quais registros seriam objeto de aplicação dos testes de auditoria, utilizou-se técnica de amostragem aleatória simples, com identificação da amostra por meio da utilização da função “aleatórioentre” do Excel.

Dessa forma, no que tange aos servidores requisitados vinculados ao regime geral de previdência social, considerou-se o universo amostral correspondente a 303 servidores, determinante do código literal “H”, observado o nível II de inspeção geral, que conduziu à circunscrição do tamanho da amostra a 50 registros da população amostral considerada, utilizando-se o plano de amostragem simples, restando selecionados para composição da amostra os servidores com números de ordem identificados em pasta de trabalho da equipe de auditoria.

Em relação aos servidores requisitados vinculados a regime próprio de previdência social, considerou-se o universo amostral correspondente a 128 servidores, determinante do código literal “F”, observado o nível II de inspeção geral, que conduziu à circunscrição do tamanho da amostra a 20 registros da população amostral considerada, utilizando-se o plano de amostragem simples, restando selecionados para composição da amostra os servidores com números de ordem identificados em pasta de trabalho da equipe de auditoria.

Por fim, para verificação da conformidade da obrigação patronal, considerou-se o universo amostral correspondente a 431 servidores requisitados, determinante do código literal “H”, observado o nível II de inspeção geral, que conduziu à circunscrição do tamanho da amostra a 50

¹¹ ABNT NBR nº 5427 – Nível de inspeção: requisito que permite equilibrar o custo da inspeção e a proteção da qualidade requerida. Cabendo registrar a existência de recomendação específica de adoção do nível II, exceto no caso em que o histórico de qualidade indique adoção de outros níveis.

¹² ABNT NBR nº 5426 – Plano de amostragem: determina o número de unidades de produto de cada lote a ser inspecionado (tamanho da amostra ou série de tamanhos da amostra) e o critério para aceitação do lote (números de aceitação e de rejeição).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

registros da população amostral considerada, utilizando-se o plano de amostragem simples, restando selecionados para composição da amostra os servidores com números de ordem identificados em pasta de trabalho da equipe de auditoria.

7 - MATRIZ DE ACHADOS COM COMENTÁRIOS DOS GESTORES E ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA

7.1 - [Matriz de Achados - Auditoria Financeira](#)

7.2 - [Matriz de Achados - Auditoria de Conformidade - Compras e Contratações](#)

7.3 - [Matriz de Achados - Auditoria de Conformidade - Folha de Pagamento](#)